



Anais da Assembleia

Nº 130

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/91

DATA: 09 de outubro de 1991

SÚMULA: Autoriza o Governador do Estado ausentar-se do País.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73, da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Roberto Requião, Governador do Estado, ausentar-se do País até 31 de dezembro de 1994, no interesse da Administração, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, para tratar de assuntos referentes ao Mercado Comum do Sul- MERCOSUL.

Parágrafo Único - A cada afastamento de que trata o "caput" do artigo 1º o Senhor Governador do Estado comunicará prévia e expressamente à Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 09.10.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 1991.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zarusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cesar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Cesar, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados:

Doutor Rosinha e Renato Adur (2). Achando-se em licença o Senhor Deputado José Afonso Júnior (1).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em discussão a Ata que acaba de ser lida.- Aprovada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. HEINZ HERWIG (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, retiro o pedido. Vossa Excelência demorou tanto a colocar em votação o meu requerimento que eu agora retiro o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retirado o pedido de verificação de votação.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, pela ordem. Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e vai proceder à verificação de votação, mas prevalece a chamada nominal solicitada pelo Deputado Heinz Herwig. O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Prossegue a Sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2628

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o projeto de lei n° 451/91 Mensagem n° 87/91, de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 12.700.000,00 ao vigente orçamento da chefia do Poder Executivo para atender despesas com a execução de reparos na FACITOL e com aquisição de material permanente para a Fundação Faculdade de Artes do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.10.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2630

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o projeto de lei n° 453/91 Mensagem n° 85/91, de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 66.300.000,00 ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09.10.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o projeto de lei n° 454/91 Mensagem n° 84/91, de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 17.400.000,00 para dar cobertura às despesas com o programa de assistência técnica aos assentados rurais, através de convênio com a Associação Nacional de Cooperação Agrícola.

Sala das Sessões, em 09.10.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o

Curitiba, quarta, em 09.10.91

Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o projeto de lei n° 455/91 Mensagem n° 83/91, de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 14.047.000,00 à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Sala das Sessões, em 09.10.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o projeto de lei n° 456/91 Mensagem n° 92/91, de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.200.000,00 ao orçamento próprio do IAPAR, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 09.10.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2665

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a suspensão do regime de urgência e o adiamento de discussão, pelo prazo de cinco (05) sessões, do projeto de lei n° 356/91, de minha autoria, constante da pauta da Ordem do Dia de hoje em 2ª discussão.

Sala das Sessões, em 09.10.91

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO N° 2670

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, com fulcro no artigo 159 do Regimento Interno, o adiamento por 02 (duas) sessões do projeto de lei n° 182/91, que dispõe sobre o número máximo de alunos que pode ser atendido por um professor em sala de aula na rede pública e particular de ensino do Estado.

Sala das Sessões, em 09.10.91

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Prende-se a solicitação supra à ausência do proponente da matéria, Deputado Doutor Rosinha, à presente sessão por força de sua participação, como delegado, junto à I Conferência Estadual de Saúde.

Para permitir sua intervenção e defesa da matéria, julgamos conveniente protelar sua discussão para a próxima semana.

REQUERIMENTO N° 2671

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, com fulcro no disposto no artigo 159 do Regimento Interno, o adiamento por 05 (cinco) sessões da discussão do projeto de lei n° 266/91, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre a criação do Fundo Estadual de Saúde - FES, e das outras providências.

Sala das Sessões, em 09.10.91

(aa) ERNANI PUDELL.

OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Quando da primeira inclusão do projeto de lei n° 266/91 na Ordem do Dia, foi acordada a sua retirada de pauta a fim de permitir que a matéria viesse a ser tratada à luz dos resultados da I Conferência Estadual de Saúde. Mencionada conferência, entretanto, tem sua Plenária final do dia de hoje, quando se definirá, de forma democrática e participativa, a ação do Estado no setor de saúde.

Neste sentido, objetivando permitir a assimilação dos resultados e decisões da I Conferência Estadual de Saúde e possibilitar seja trabalhada sua incorporação ao plano de lei em epígrafe, pretendemos seja adiada sua discussão por mais cinco sessões.

REQUERIMENTO N° 2666

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.10.91

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 2674

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 sessões, do projeto de lei n° 166/91, de sua autoria, constante da pauta da sessão de hoje em 2ª discussão.

Sala das Sessões, em 09.10.91

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO N° 2676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada

da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 sessões, do projeto de lei n° 97/91, de sua autoria, constante da pauta da sessão de hoje em 1ª discussão.

Sala das Sessões, em 09.10.91

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 2680

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Resolução n: 017/91, por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO N° 2665-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n. 97/91, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 2682

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário e com fulcro nos dispositivos constitucionais, licença do seu mandato parlamentar no Poder Legislativo, a partir do dia 12 de outubro e até o dia 23 de outubro, com a finalidade de substituir, na qualidade de vice-Prefeito de Curitiba, ao Senhor Titular Municipal, arquiteto Jaime Lerner, que se ausentará do país, nas datas supramencionadas, para participar no Canadá e nos Estados Unidos de compromissos de interesse da Capital.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2658

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário inativo deste Poder, Duílio Dias, ocorrido em 03.10.91.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Acometido por grave enfermidade, faleceu em data de 03.10.91, nesta Capital, o funcionário aposentado no Poder Legislativo, Duílio Dias.

Deixou viúva Dona Rossi Ferreira Dias, 02 filhos e 05 netos.

O falecimento de Duílio veio abrir

enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

Duílio Dias, além de exemplar pai de família, funcionário dedicado e cumpridor de seus deveres, foi um dos maiores artilheiros do futebol paranaense, ex-centroavante do Coritiba que, em sua época, marcou uma trajetória maravilhosa e sempre aplaudido pela torcida deixando como seu seguidor o filho Duílio que hoje milita no futebol português.

O destino privou seus familiares e amigos do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo DUÍLIO.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família DIAS endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido plenário, a inserção nos anais desta Casa de voto de pesar pelo falecimento de JEAN VILLENAVE.

Jean Villenave foi funcionário desta Casa durante muitos anos. Foi calígrafo e a sua presença é registrada nos documentos importantes da Assembleia, como título de cidadania honorária e documentos de posse de autoridades de tantos outros. Mas há de se destacar no ex-funcionário Legislativo, um trabalho anterior pouco conhecido dos brasileiros. Villenave nasceu na França e como bom patriota, durante a ocupação nazista, ingressou na Resistência. Como "maquis", entre outras atividades que lhe punham a vida em risco, usava a sua habilidade como reprodutor de documentos nazistas, para salvar vidas. Portanto, ao registrar o pesar por sua morte, esta Casa homenageia em Jean Villenave um homem que lutou pela democracia.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor MANOEL SUTIL DE OLIVEIRA, ocorrido no dia

Curitiba, quarta, em 09.10.91

04 de outubro do corrente ano, no município de Paranavaí.

Da decisão da Casa, pede seja dada ciência à família enlutada no endereço: Rua Antonio Gongola n. 193, apt.04, Bloco D, Conjunto Andrômeda, Bairro Boa Vista - Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Membro de antiga família paranaense, o extinto exerceu por vários anos o cargo de Zelador no Grupo Escolar Alfredo Parodi, localizado no Jardim Centauro, Bairro Uberaba, onde deixa inúmeros amigos, e uma lacuna no seio de sua família, difícil de ser preenchida.

REQUERIMENTO N° 2664

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário votos de congratulações pelo aniversário do Corpo de Bombeiros do Paraná, completando seus 79 anos de existência no dia 08 de outubro de 1991, na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2667

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR -, a fim de que o mesmo preste esclarecimentos sobre o número de casas distribuídas no município de Tapejara, para serem construídas sob regime de mutirão no presente ano, número de inscrições registradas, e critérios sobre seleção dos agraciados, com destaque para o nome dos mesmos nominando inclusive a pessoa responsável pelo sorteio das referidas casas.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

O direito de moradia é inalienável. Numa época de crise econômica como a que castiga o país, famílias carentes se multiplicam e, em cidades interioranas que dependem da agricultura, a penúria se intensifica. Aos homens públicos cabe agir com discernimento e justiça para que os poucos benefícios sejam distribuídos com justiça, premiando aqueles a quem o direito distingue. O esclarecimento se faz necessário para que nenhuma dúvida paira sobre a lisura do sorteio e das casas no município de Tapejara.

REQUERIMENTO N° 2629

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado aos Senhores Deputados Federais e Senadores da República, pelo Paraná, bem como aos líderes de partidos no Congresso Nacional, alertando para a inconveniência da aprovação do Projeto de Lei nº 2.752/89, de autoria do Deputado Max Rosennam, bem como do seu substitutivo, de autoria do Deputado José Egydio.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela objetiva modificar o dispositivo da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e determina outras providências.

Ao tocar no art. 15º da referida lei, a proposta obriga a presença de técnico responsável somente nos estabelecimentos farmacêuticos que preparam fórmulas magistrais e de acordo com prescrição médica, ao contrário da atual redação, que obriga essa permanência em toda e qualquer farmácia e drogaria.

A manipulação de fórmulas magistrais e farmacológicas é atribuição exclusiva do profissional farmacêutico, conforme o Decreto nº 85.878, de 07 de abril de 1981. Essa atribuição exclusiva, contudo, não isenta o profissional farmacêutico de assessoramento e responsabilidade técnica em estabelecimentos industriais farmacêuticos em que fabriquem produtos que tenham indicações e/ou ações terapêuticas, anestésicos ou auxiliares de diagnóstico, ou capazes de criar dependência física ou psíquica; órgãos, laboratórios, setores ou estabelecimentos farmacêuticos em que se executam controle e/ou inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e análise fiscal de produtos que tenham destinação terapêutica, anestésica ou auxiliar de diagnósticos ou capazes de determinar dependência física ou psíquica; órgãos, laboratórios, setores ou estabelecimentos farmacêuticos em que se pratique extração, purificação, controle de qualidade, inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e análise fiscal de insumos farmacêuticos de origem vegetal, animal e mineral; depósitos de produtos farmacêuticos de qualquer natureza, além das demais funções elencadas no Decreto nº 85.878, de 07 de abril de 1981, que estabeleceu normas para execução da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico.

Ao buscar mudar o dispositivo legal, através do referido projeto, o Deputado autor abre um perigoso precedente para que

o mercado de trabalho seja fechado aos profissionais habilitados, como forma de reduzir-se os custos do funcionamento de estabelecimentos, conforme declarações de proprietários de farmácias comerciais, na imprensa do nosso Estado, em função da obrigatoriedade do pagamento do piso de dez salários-mínimos para o profissional.

Parece estranho o argumento, uma vez que todos sabemos, o piso de salários é definido pelo próprio Congresso Nacional, em Lei, e tem a finalidade de fixar um patamar mínimo de vencimentos para uma determinada área profissional, assegurando padrão de dignidade e respeito àquele cidadão que habilitou-se em curso próprio, para o exercício profissional. A afirmação do autor do projeto, na sua justificativa, de que a exigência (sic) contida no atual parágrafo 1º do art. 15 extrapola a realidade do mercado, sem que dela resulte qualquer benefício à saúde, ao comércio farmacêutico e ao bom atendimento público, não parece convincente, uma vez que não há como desprezar a importância e o peso dos conhecimentos que os farmacêuticos recebem e acumulam durante três anos de curso superior.

A satisfação das funções de assessoramento e responsabilidade técnica que enumeramos no início desta justificação só é possível pelo profissional habilitado, conhecedor dos procedimentos adequados para tais procedimentos.

A afirmação, salvo melhor juízo, desmerece a categoria do farmacêutico - como o mérito do projeto - uma vez que não pode haver maior benefício à saúde da população que a responsabilidade de um profissional habilitado a seu serviço.

Outro argumento falho: o de que predomina o comércio, nas farmácias e drogarias, de produtos prontos e acabados. Mesmo o comércio de tais medicamentos não prescinde na observação e orientação do profissional farmacêutico, como já demonstramos.

É admitida a presença nos estabelecimentos de atendentes com curso realizado pelo departamento de fiscalização do exercício profissional, das Secretarias de Saúde estaduais. É verdade, também, que embora eles possam desempenhar funções nos estabelecimentos, não respondem com aquela responsabilidade definida pela regulamentação da profissão do farmacêutico, desenvolvendo, neste caso, a função clara de atendente.

Deve cair por terra, também, o argumento de que a lei deve ser modificada porque os conselhos (sic) regionais de farmácia, em nenhum Estado, vêm exigindo o cumprimento da lei sob exame. Ora, o fato de uma lei ser desrespeitada não justifica sua alteração, mas nos obriga a tomada de

procedimentos para o seu cumprimento.

Caso o projeto fosse aprovado, não temos dúvida, um grande segmento do mercado hoje povoado pelos profissionais de farmácia seria fechado, provocando uma crise nesse meio profissional.

Diante disto, confiamos na sensibilidade dos Senhores Deputados Federais e Senadores pelo Paraná, líderes de bancadas partidárias, no sentido de rejeitar o referido projeto, bem como o seu substitutivo, garantindo a integridade das funções dos profissionais farmacêuticos, como respeito a essa distinta categoria profissional.

Que do presente se dê ciência ao Conselho Regional de Farmácia no Paraná e ao Conselho Federal de Farmácia.

REQUERIMENTO N° 2672

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhes são conferidas, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Deputados Federais e Senadores da República oriundos do Estado do Paraná e aos líderes das bancadas partidárias de ambas as Casas do Congresso Nacional manifestando o posicionamento deste Poder Legislativo contrário aos vetos apostos pelo Presidente da República aos projetos de lei que tratam da política salarial e do salário-mínimo, solicitando daqueles parlamentares e bancadas o voto pelo não acatamento dos mencionados vetos.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(aa) ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

DOCTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Fruto de amplas discussões e acordos que envolveram desde o Governo Federal a entidades sindicais representantes da classe trabalhadora, o Congresso Nacional aprovou leis que definem a política salarial e o salário-mínimo que, se não são os ideais para a solução dos graves problemas salariais vivenciados no País, ao menos asseguram mecanismos mínimos de defesa dos salários dos trabalhadores brasileiros.

Mencionados diplomas, entretanto, sofreram inúmeros vetos do Presidente da República, suprimindo várias conquistas que contavam, em sua negociação, com representação inclusive do Governo da República. A manutenção dessas conquistas é fator preponderante para que o País possa retomar a recuperação da massa salarial e, por consequência, o desenvolvimento e o emprego ao imenso contingente hoje sem trabalho e sem perspectivas.

Neste sentido, contando com o apoio unânime dos Deputados e Senadores paranaenses, esperamos ver derrubados os vetos

presidenciais, com o apoio da Assembleia Legislativa do Paraná, a quem não será permitido omitir-se neste momento de grande mobilização nacional em defesa dos interesses dos trabalhadores e, por que não afirmar, da própria nação brasileira.

REQUERIMENTO N° 2673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Senhor Secretário da Fazenda, ERON ARZUA, expediente solicitando a instalação de um terminal de computador, ligando a Agência de Rendas de Irati à central de computação do município de Guarapuava, a qual o município de Irati pertence.

A instalação deste terminal, é de extrema necessidade e urgência, face as informações e liberações de documentos correlatos à área, estarem ligados à Guarapuava, e quando da necessidade, o deslocamento torna-se moroso e inviável.

Efetivada tal medida, os benefícios serão enormes aos empresários, aos contadores e toda a clientela ligada a esta área, contribuindo assim, para a redução de custos e tempo.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2677

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabilizado a liberação de recursos para a construção de uma ponte sobre o rio Paiva, na estrada Boiadeira, conforme localização constante na justificativa.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal de Umuarama, Alexandre Ceranto, ao Prefeito Municipal de Maria Helena, Valdíque Bispo Pereira, ao Senhor Alan de Freitas (Fazenda Freitas - Maria Helena), ao Senhor João Dória Ramos (Av. Apucarana, 4126 - ed. Ouro Preto, 14º andar, ap. 1400 - Umuarama - PR).

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O trecho em tela há muito encontra-se intransitável justamente pela ausência da ponte, pois a estrada da Boiadeira é antiga e traça a linha divisória entre os dois municípios acima citados, tendo uma grande importância para a economia local. Na rodovia que liga Maria Helena a Umuarama, próximo ao entroncamento da estrada não pavimentada, na altura de uns 5 km, se en-

contra o vão, cujo pedido se justifica. Os moradores daquela região necessitam urgente providência do governo estadual para a utilização daquela estrada.

REQUERIMENTO N° 2678

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de solicitar a liberação de recursos financeiros para a ampliação da Escola Estadual Durval Seifert - Ensino de 1° Grau, no Bairro São Cristóvão - Umuarama, em mais duas salas de aula, refeitório, sala para secretaria e de professores e biblioteca.

Do aprovado, REQUER ainda, envio de comunicação ao Prefeito Municipal de Umuarama, Alexandre Ceranto, ao Chefe do Núcleo Regional de Educação, Prof. Augusto Saióski, ao Senhor Manoel Pinheiro (Rua São Pedro, s/n. Bairro São Cristóvão) Senhor Marco Antonio da Silva (Rua São Jorge, 2199 - Bairro São Cristóvão - Umuarama).

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O pedido da direção do estabelecimento e de lideranças da comunidade visa dotar aquele estabelecimento de estrutura e condições para melhorar a qualidade das condições de trabalho dos docentes, discentes e do corpo de funcionários, uma vez que são bastante acanhadas as atuais instalações do prédio escolar.

Trata-se de um investimento que resultará numa melhor performance dos envolvidos.

REQUERIMENTO N° 2679

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado à Secretaria de Estado da Administração, o seguinte,

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I - Quais os bens imóveis e não imóveis que constituem o patrimônio do Instituto de Previdência do Estado, IPE, e como eles vêm sendo utilizados e administrados?

II - Quais as aplicações financeiras realizadas pelo IPE (com relatório especificando o tipo de aplicação, a instituição financeira, o montante e as datas das aplicações)?

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) ALGACI TÚLIO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 061/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, considerando que é dever e competência da Assembléia Legislativa, nos termos do disposto no § XXIII, do artigo 54 da Constituição Estadual "fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta e tendo em vista que o Estado é acionista majoritário do Banco do Estado do Paraná, BANESTADO.

DECRETA:

Art. 1° - Fica sustada a concorrência pública convocada pelo edital de concorrência pública n. 002/91 do Banco do Estado do Paraná, no que diz respeito à alienação de lotes rurais, até posterior deliberação sobre os destinos a serem dados aos mesmos.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoio:

Rossoni, Ovídio Constantino, Algaci Túlio, Albino Corazza, Heinz Herwig e Dalton Machuca.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente projeto de resolução nos mesmos termos do pronunciamento deste Deputado, perante esta Casa, na sessão de ontem.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 462/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Obra Missionária "MENSAGEM DA PAZ", da Irmandade dos Evangélicos Batistas Livres, com sede no Município de Teixeira Soares.

Art. 2° - Fica revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 09.10.91.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A Obra Missionária "MENSAGEM DA PAZ", da Irmandade dos Evangélicos Batistas Livres, é uma entidade religiosa e assistencial de cunho eminentemente Social, sem qualquer fim lucrativo.

Tenho acompanhado de perto o importante trabalho Social desenvolvido por aquela Entidade, inclusive no que tange ao atendimento aos menores carentes, através de uma creche modelo mantida com recursos

próprios naquele Município.

Ocorre que, face à crise financeira pela qual atravessa o nosso país, e tendo em vista que a cada dia que passa o número da clientela carente aumenta na procura de auxílios junto à entidade, faz-se necessário a propositura do presente plano de Lei, para que a Instituição possa receber recursos dos Órgãos Públicos e dar continuidade a tão importante trabalho.

PROJETO DE LEI N° 463/91
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária para o desenvolvimento de Segredo-ACDS, com sede em salto Segredo, Distrito de Cândoi, no Município de Guarapuava.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição é feita de acordo com o disposto na Lei n. 6.994, tendo em vista que a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Segredo - ACDS, de Salto Segredo, Distrito de Cândoi, Município de Guarapuava, cumpre todos os requisitos previstos pelo seu Artigo 1°.

A Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Segredo-ACDS, fundada em 7 de setembro de 1985, tendo já completado 6 (seis) anos de existência, é voltada à assistência social, recreativa, técnica e à promoção humana de seus associados.

A ACDS, está devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos - 1° Ofício - de Guarapuava, sob o n. 35.716, de 23 de maio de 1991, com sede na Rua Getúlio Vargas, s/n° e cadastrada no CGC ME. sob n. 78.601.424/0001-07.

Salienta-se ainda que, a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Segredo-ACDS, foi declarada de Utilidade Pública Municipal, através da Lei n. 60, de 24 de dezembro de 1987.

Assim sendo, e tendo em vista que a sua diretoria não possui nenhuma forma de benefícios ou remuneração, bem como seus associados, estando desenvolvendo suas atividades ininterruptamente desde sua fundação, juntamos à presente cópias de seu estatuto, da Ata da última reunião, do cartão do CGC e da Lei Municipal que a declara de Utilidade Pública naquele Município, esperando pela aprovação do soberano Plenário desta Casa, da Declaração de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 464/91
A Assembleia Legislativa do

Curitiba, quarta, em 09.10.91
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Londrinense de Reabilitação e Promoção Social de Portadores de Lesões Lábio-Palatais, com sede em Londrina.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, vem funcionando de acordo com os seus Estatutos, trazendo incalculáveis a pessoas que sofrem as consequências de malformações congênitas na face.

Sem o auxílio de pessoas que, desinteressadamente, dedicam preciosas horas de sua vida diária a serviço do próximo no sentido de minorar-lhe o sofrimento, muitas das vítimas desse mal não teriam chance de se utilizar de recursos que objetivam oferecer melhores condições de vida as mesmas. Para muitos seres humanos o acesso ao tratamento adequado pode representar o direito à vida, uma vez que sem o mesmo não teriam condições de sobrevivência.

Convencidos do grande valor que representa a assistência oferecida pela Associação Londrinense de Reabilitação e Promoção Social de Portadores de Lesões Lábio-Palatais aos portadores de deformações faciais, venho apresentar a presente Proposição esperando poder contar com o apoio dos nobres Colegas no que se refere à aprovação da matéria, e do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado no que concerne a Sanção da mesma.

PROJETO DE LEI N° 465/91
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Art. 23, da Lei 8933 de 26 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 23 - As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídos:

- I - Grupo A:
- II- Grupo B:
- III-Grupo C:

IV - Grupo D: - Alíquota de 5% (cinco por cento) para industrialização e comercialização de produtos cerâmicos que utilizem como matéria prima argila ou barro, tais como: tijolos, telhas e manilhas.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(aa) DALTON MACHUCA

ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade deste projeto é equalizar o custo tributário das empresas fabricantes de produtos cerâmicos destinados à construção civil.

Apesar da incidência de 17% (dezessete por cento) de ICMS ocorrer em todos os produtos nesta categoria, os que utilizam o cimento e o pó de pedra na sua fabricação beneficiam-se de crédito aproximado de 12% (doze por cento), tornando a incidência líquida não superior a 5% (cinco por cento).

Por outro lado, os produtos de que trata o presente projeto, não recebem os mesmos créditos - a única possibilidade ocorre com a energia elétrica - acabando por contribuir com algo em torno de 16,5% (dezesseis e meio por cento) de ICMS líquido.

Portanto nada mais justo que se aplique diferente alíquota, visando uma incidência tributária equivalente para todos os produtos nesta categoria.

É natural que ao pesar consideravelmente nos custos da construção e ocorrendo a redução do imposto, o preço destes produtos seja também diminuído, incentivando-se desta forma esta indústria que contribui com o emprego de grandes quantidades de mão-de-obra.

Sob o aspecto constitucional defende-se o princípio da isonomia tributária entre empresas fabricantes de produtos similares e concorrentes entre si.

Por fim, ficando o Poder Executivo autorizado a promover a redução, deverá firmar convênio com o CONFAZ - Conselho de Política Fazendária.

PROJETO DE LEI N° 466/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública à "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE", com sede no Município de Altônia.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão da Entidade, tendo em vista seus objetivos educacionais, mormente nas áreas de Fisioterapia, fonoaudiologia, alimentação, cujos objetivos têm-se materializado ao longo de sua

trajetória.

Deve-se destacar, outrossim, sua importância no entrosamento dos alunos com suas famílias e com a comunidade em geral, de forma a integrar o excepcional para uma convivência normal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Alceu Swarowski. (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há tempo que viemos desta tribuna falando e denunciando as dificuldades que vem passando a agricultura do Paraná e do País num todo. Estou aqui com um cartaz e distribuí aos Srs. Deputados, um folheto informativo de um grande movimento que se realizará no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul nos próximos dias 16, 17 e 18 deste mês corrente aqui especificamente no Paraná em Curitiba.

Qual o objetivo desta grande mobilização rural e também de trabalhadores urbanos nestes dias em nosso Estado, também em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O nosso País conhecemos a realidade e sabemos que na safra 90 e 91, o Brasil de acordo com as últimas liberações de créditos e pesquisas, a colheita foi uma das menores dos últimos cinco anos a última safra. A produção vem caindo vertiginosamente em nosso País. De um total de 168 bilhões de cruzeiros, liberados para a última safra, apenas 30 bilhões se destinaram aos pequenos produtores e mini produtores do País, enquanto os grandes proprietários e médios proprietários obtiveram um bolo de 138 bilhões de dinheiro à sua disposição para o crédito rural.

A Secretaria Nacional de Política Agrícola, estudava um plano junto ao Ministério da Economia e nesta última semana publica-se um novo plano, um novo pacote agrícola, dando novamente prioridade aos médios e grandes produtores. No Paraná a situação não é diferente, dos programas anunciados pelo Governo Estadual, estão longe de contemplar as necessidades de investimentos dos pequenos e médios produtores rurais.

A realidade agrícola do Paraná e do País, está caótica. Na questão agrária, já temos denunciado nesta Assembléia também há muita enrolação e pouca eficiência dos órgãos públicos federais, na questão da reforma agrária em nosso País.

O Presidente Collor prometeu assentar 500 mil famílias em sua campanha eleitoral fazendo a reforma agrária, no entanto, nada se fez até agora a não ser a Reforma

Agrária feita pelas próprias mãos dos trabalhadores rurais sem terra do nosso País.

Existem hoje no País 12 milhões de famílias sem-terras. Existem hoje no País quatro milhões e oitocentos e quatorze mil estabelecimentos rurais de até 50 hectares, e são estas as propriedades que produzem alimentos para o povo brasileiro.

No nosso Estado cerca de 47 áreas, de assentamento de sem-terras estão com problemas atualmente por falta de emissão de posse do Governo Federal nas desapropriações ocorridas.

Existem mandados de pedidos de intervenção federal, existem aproximadamente de 30 a 40 pedidos de despejo concedidos pela Justiça e já temos dito que o "barril de pólvora" está instalado neste Estado. Por isso é que a terra deve ser acessível aos que nela desejam trabalhar e torná-la produtiva.

O INCRA tem-se manifestado dizendo que não há recursos para trabalhar a questão de reforma agrária. No entanto, nós sabemos de fonte segura de que o orçamento do INCRA para o ano de 1991 é de 495 bilhões e 49 milhões de cruzeiros. E também que até o mês de setembro, o INCRA gastou apenas...

Senhor Presidente, requeiro o Horário da Liderança do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência passa usar o Horário da Liderança do PT.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Até o mês, de setembro, o INCRA havia gasto, apenas, três orçamentos, 160 bilhões, com um superávit ou com orçamento em caixa de 337 bilhões de cruzeiros.

E o Ministro Cabreira alega que não tem dinheiro para reforma agrária! O Governo Collor alega que não há dinheiro para a reforma agrária!

Oito bilhões de cruzeiros foram devolvidos ano passado para o tesouro nacional, porque não foram gastos nos assentamentos dinheiro destinado à reforma agrária em nosso País.

Dois bilhões de cruzeiros, deste orçamento de quatrocentos e noventa e um bilhões, destinados para investimento em assentamentos de terras no País, estão apenas oito bilhões, utilizados até o momento.

E o INCRA alega que não tem dinheiro para dispor para os assentamentos, emitir os títulos de dívida agrária, assim resolvendo só no Paraná, aproximadamente de trinta a quarenta áreas, sem contar nos outros Estados do País.

É denunciado isto, e além disto, a questão da moradia, quando ontem me pronunciei nesta Casa, quando no nosso Estado

há o problema sério das ocupações urbanas, e que aproximadamente 65 mil famílias, representando 260 mil pessoas que moram em barracos, apenas na região metropolitana de Curitiba.

Com estas três grandes preocupações, os lavradores, os pequenos proprietários, os lavradores sem terra, as organizações pela moradia na região metropolitana estão implementando na próxima semana, em nosso Estado, um grande movimento chamado "S O S Vida", que se encontra à disposição das autoridades, encontra-se organizando audiência com as autoridades e organizações uma grande mobilização para que aproximadamente 5 mil lavradores ocupem o centro da nossa Capital, Florianópolis e Porto Alegre, para nestas três negociar e exigir das autoridades competentes a solução destes graves problemas do nosso Estado, dos três Estados do Sul do País.

Sabemos que as três Capitais estarão sendo ocupadas nestes dias, com perspectivas deste movimento ampliar a sua permanência nas Capitais, até que as autoridades respolvam 3 questões cruciais para os pequenos produtores: Primeiro, a liberação de uma verba especial, de uma abertura de crédito especial subsidiada, de 500 milhões de cruzeiros para as pequenas propriedades dos três Estados. Ou melhor, não 500 milhões de cruzeiros, mas sim 500 milhões de dólares, para que os pequenos lavradores dos três Estados do Sul possam viabilizar a sua pequena propriedade, já descapitalizada por inúmeras frustrações de safras, pela política agrícola incompatível com a pequena propriedade, quando hoje um lavrador precisa pagar aproximadamente 40 mil cruzeiros por uma saca de 40 quilos de semente de milho para poder plantar, descapitalizado, sem condições de realizar nenhum plantio, ele não tem condições de corrigir a sua terra, não tem condições de fazer o plantio, não tem condições de conseguir um investimento para sua pequena propriedade, junta de bois, um pequeno trator, uma pequena máquina, equipar a sua propriedade com silos, com paióis, com pocilgas, com infra-estrutura para viabilizar a sua pequena propriedade.

Há necessidade de que, como o Governo Federal libera crédito para os usineiros do Nordeste, que só em vinte e cinco ou trinta usineiros conseguiram liberar um crédito igual ao que foi liberado para todos os pequenos produtores do País na última safra, se abra um crédito especial para que os lavradores possam viabilizar investimentos produtivos nas suas pequenas propriedades.

Também o movimento erige de que as áreas em conflito, no nosso Estado, que somam mais ou menos 40, sejam liberadas as CDAs para pagamento dos proprietários e as

13 áreas que estão ocupadas sejam desapropriadas e cedidas às famílias ocupantes, que se faça um cessar à violência do campo e que se libere 6,8 bilhões de cruzeiros para o crédito da PROSERRA que está encailhado e o INCRA não toma a posição com a finalidade de liberar estes créditos bloqueados e que já vinham sendo liberados para o assentamento de terras, no nosso Estado.

Com esta bandeira de luta e também com a bandeira de luta de moradia, dos movimentos de pró-moradia no setor urbano, na capital do Estado e região metropolitana que exige a criação de um fundo nacional pela moradia, que exige a imediata regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que exige a definição de 5% do orçamento público para moradia, estarão realizando este grande evento, para o qual estão convocando toda a sociedade paranaense, a partir de sexta-feira próxima, com chamamento de atenção. A sociedade paranaense se ligue nesta grande mobilização que partirá de Irati com um número sensivelmente grande de lavradores que irão fazer uma caminhada de Irati, Palmeiras, Campo Largo, até chegar à Capital, concluindo aqui, no dia 16, de manhã a grande aglomeração de lavradores para exigir o seu direito à sobrevivência, o seu direito a permanecer na terra, o seu direito a trabalhar e produzir alimentos para suas famílias e para o povo do Paraná e do Brasil!

Queremos com isso colocar esta Assembleia a par deste movimento, chamando a atenção para que nós Parlamentares que temos a obrigação de ajudar a resolver os problemas do Paraná, da sociedade, nos envolvamos, nos somemos a esta grande mobilização, porque sabemos que a pequena propriedade, sabemos que o êxodo rural trazido por esta política nefasta do Governo Federal, pela forma de liberação de crédito, que impede o pequeno proprietário a chegar ao banco, pelas formas, pelos juros e pela inflação e pela própria condição burocrática que lhe exigem, no Banco, um impedimento de várias formas e ele está sem condições de sobreviver numa pequena propriedade, acontecendo assim o êxodo rural, o aumento das favelas e os problemas sociais.

É necessário que nós tomemos conhecimento e nos somemos a esta grande preocupação das lideranças sindicais, das lideranças dos movimentos dos lavradores do Paraná, para que o Governo Federal assuma a sua parte e como tem dinheiro para liberar crédito para o BAMERINDUS construir uma indústria de papel, com dinheiro subsidiado, para a Sadia adquirir outras unidades, com dinheiro subsidiado, para os usineiros arrolarem suas dívidas, com di-

nheiro subsidiado, que se crie uma linha de crédito para viabilizar, com dinheiro também subsidiado o pequeno agricultor, na sua propriedade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhores Deputados, confirmando expectativa deste Deputado e da maioria dos portuários paranaquaras, caiu em dias da semana o Diretor Técnico dos Portos de Paranaguá e Antonina, Garrone Reck.

Demorou, mas caiu ...

Não estamos aqui para tripudiar sobre a figura humana do ex-Diretor, nem de quem que seja, todavia somos compelidos a admitir que o "Técnico Portuário", em apreço, deixava muito a desejar à frente da mais importante Diretoria da APPA.

Significa dizer por outro lado que não estávamos enganados quando criticamos aqui.

Agora que a vaga está aberta e o nome de um engenheiro pertencente ao quadro de pessoal da APPA, há mais de 20 anos, foi indicado para responder interinamente pelo cargo, vou me permitir sugerir ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, que promova uma reestruturação administrativa que modifique o organograma da autarquia, por considerá-lo tecnicamente disforme.

Para conferir basta verificar como está organizada a APPA administrativamente, hoje.

A Diretoria Técnica do jeito como está posta, comporta suas atividades extremamente importantes na vida do terminal, ou dos terminais de Paranaguá e Antonina ... Todavia, são incompatíveis, porque num único corpo estão misturadas as atividades "Meio" e "Fim".

Os interesses da atividade Meio estão concentrados nos setores específicos de engenharia e que compreendem todos os projetos de obras e a sua realização; a manutenção de guindastes, de empilhadeiras, de carregadores de cereais para navios, de confecção de peças; dos serviços de carpintaria, mecânica etc.

Essa atividade exige do titular colocar em ordem, para operar com as cargas de exportação e importação, todo o instrumental de trabalho da APPA.

Já a atividade Fim, tem muito a ver com comércio internacional e com o relacionamento com as agências que operam nos portos paranaenses. Ela trata da atracação e desatracação de navios, com suas prioridades ou não; ela determina toda programação das operações de embarques de navios,

além de estabelecer procedimentos para o "Pool" de empresas que operam nos corredores de exportação. Há todo um universo de trabalho compreendido nesta atividade importante dos Portos.

Hoje, a Diretoria Técnica - faço questão de repetir - encarna esses dois setores ...

- Que são incompatíveis.

Por ser mais racional e mais moderno, faz-se necessária a divisão dessa Diretoria em duas. Uma destinada atender os serviços da atividade Meio, outra, os serviços da atividade Fim.

A atividade Meio, seria gerida obrigatoriamente por um engenheiro. A atividade Fim, seria gerida por um especialista na operação portuária, independente de sua formação profissional.

Se o Governo entender nossa preocupação, que não deve ser confundida com ingerência ou intromissão, penso que a autarquia portuária ganhará em eficiência, rapidez e segurança nos serviços que presta ao comércio internacional.

Como nossa sugestão não tem como objetivo criar novos cargos na APPA, sugiro a extinção da Diretoria Empresarial que passaria a ser um dos setores da Diretoria que se ocupasse da atividade Fim.

Isso posto, o organograma básico da APPA, ficaria assim:

- Superintendência;
- Diretoria Administrativa;
- Diretoria de Operações;
- Diretoria de Manutenção e Engenharia;
- Diretoria do Porto de Antonina;

Ao encerrar reitero nosso desejo de colaborar com o Paraná, e dessa forma, contribuir para a grandeza dos terminais portuários de Paranaguá e Antonina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"O juiz da 1ª Vara da Fazenda" Pública de Curitiba, Irajá Prestes Mattar, acolhendo o parecer do Promotor de Justiça, Milton Couto Costa, julgou procedente o mérito da medida cautelar interposta pelo BANESTADO contra a rede OM.

A emissora de propriedade do candidato derrotado ao Palácio Iguazu, José Carlos Martinez, insiste na cobrança de mais de Cr\$ 100 milhões referentes à veiculação de anúncios do banco, no período de junho de 1990 a março de 1991, sem autorização do banco.

A decisão da Justiça sustando o pagamento e determinando o cancelamento provisório dos títulos apontados contra o BA-

NESTADO, segundo o coordenador de marketing do banco, Geraldo Serathiuk, não será a única incursão da instituição pelo Judiciário. Estão sendo preparadas outras ações que visam preservar a integridade do BANESTADO contra os ataques patrocinados pela rede OM. "Queremos provar que essa emissora, desde o final do governo anterior, vem usando de expediente criminoso para atingir uma das mais eficientes instituições públicas do Paraná", informou Serathiuk.

O coordenador de marketing do BANESTADO, que também é advogado, citou, por exemplo, que as agressões impostas pela rede OM são seguramente enquadradas pelo Código Penal. Os artigos 158 e 196, garantem punições contra quem deseja constranger mediante violência ou grave ameaça para obter indevida vantagem econômica, além de publicar pela imprensa ou por outro meio falsa informação capaz de causar prejuízo.

A rede OM ainda pode ser enquadrada pela Lei de Imprensa. O artigo 16 garante punição para quem publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados que provoquem "desconfiança no sistema bancário ou abalo de crédito de instituição financeira, e mais a "perturbação na cotação das mercadorias e dos títulos mobiliários no mercado financeiro".

Para esses delitos, as penas podem variar entre um mês a dez anos de prisão.

Os principais ataques da rede OM contra o BANESTADO pretendem atingir os resultados apontados no balanço do primeiro semestre da instituição. "O Banco está amparado nas normas e controles do Banco Central", recordou Geraldo Serathiuk. "Por essa razão, o balanço revela a real situação do BANESTADO que não precisa retocar números ou esconder sua situação de mercado", explicou. Um indicativo desta realidade é a análise feita pelo Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sócio-Estatísticos - DIEESE/PR e publicado pelo jornal Indústria e Comércio.

Nesse estudo, o economista do órgão Nelson Karam demonstrou que apesar da retração dos negócios, "o BANESTADO adotou uma política de ajuste diferente dos bancos privados".

De fato, enquanto os bancos privados "prosseguiram no processo de seleção de clientes, contiveram salários, aumentaram o nível de demissões, aumentaram os preços dos serviços prestados, fecharam agências, centralizaram seus ganhos em operações de curto prazo e fizeram das operações de câmbio uma grande fonte de ganho", o BANESTADO agiu de outra forma. "Não demitiu funcionários, não fechou agências, não seccionou sua clientela, não ampliou suas

receitas de serviço, não aumentou também os custos destes mesmos serviços, e manteve sua estrutura operacional para o crédito produtivo".

Ao concordar com a análise do técnico do DIEESE/PR, o diretor da Carteira de Fomento do BANESTADO, Paulo Roberto Pereira de Souza, confirmou que 62% das operações do banco são de longo prazo para o setor produtivo, com as restantes reservadas ao curto prazo. "Isso prova que o BANESTADO, mesmo num momento de crise que se abateu sobre o País, fez a opção de estar ao lado da população", comparou o diretor de Crédito Rural do Banco, Paulo Furiatti. Eram essas Sr. Presidente, as informações que em nome do Governo e do Banestado queria prestar neste momento ao Paraná e em especial ao Plenário da Assembleia Legislativa do nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Horário do Pequeno Expediente, no Grande Expediente não há Oradores inscritos.

O SR. DUILIO GENARI (Pela Ordem) - Queria apenas registrar a presença do Prefeito de São José das Palmeiras Sr. João Soriano.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrada e a Casa recebe com muita simpatia.

Horário das Lideranças:

PSB com a palavra.

(Declina)

PL, com a palavra.

(Declina)

PFL, com a palavra.

(Declina)

PDT, com a palavra.

Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, paranaenses que estão nesta Assembleia, eu recebo do Governador Leonel Brizola um fax com o seu raciocínio a propósito da posição do nosso partido contra a forma como se está tentando privatizar a Usiminas e contra o processo de privatização lesivo ao interesse Nacional que tenta realizar o Governo Federal. Me diz o Governador no telefax: "Caro Rafael, o País está em processo de entrega de seus bens, quer investir o processo de despojo da nossa Nação com um manto de dignidade, chamam este manto de dignidade de modernização administrativa e de modernidade."

Seguem agora os argumentos sobre os preços do dito leilão da Usiminas em dólares norte-americanos. O caráter ruinoso da privatização da Usiminas indica o valor de oito bilhões de dólares para a reposição

da usina, ou seja, o que custaria ao Brasil fazer uma usina do mesmo porte. Alguém diria o seguinte, mas o Brasil não precisa fazer outra Usina de Aço, mas quem comprar a Usiminas se fosse fazer uma usina igual precisaria de oito bilhões de dólares. Como a usina está em funcionamento desde 1962 admite-se uma depreciação em torno de 40%, o que daria um valor real atualizado de quatro e meio a cinco bilhões de dólares. O Governo Federal fixou, entretanto, em apenas um bilhão e quinhentos e setenta milhões de dólares a preço básico do leilão, o que significa o terço do valor da usina funcionando e no mercado, mas as ações ordinárias que seriam negociadas e que representam 75% do total destas ações foram avaliadas em cerca de um bilhão de dólares, comprando dois terços delas por seiscentos e sessenta milhões o comprador adquire a maioria das ações ordinárias que são as únicas com direito a voto, passando portanto a controlar a Empresa.

Como o Governo admitiu tipos de moedas nos leilões, moedas essas, que estão sendo discutidas agora pelo Congresso Nacional, e Deus ilumine de brasilidade os nossos Congressistas, o Governo admitiu pagamento com títulos da dívida agrária, títulos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, títulos da dívida externa, certificados de privatização, cruzados bloqueados, e outros títulos depreciados conhecidos no mercado financeiro como micos-pretos ou moedas podres.

Calcula-se que o controle acionário da próspera USIMINAS poderá ser obtido por apenas 350 ou 400 milhões de dólares.

Quero dizer, vender por quatrocentos milhões de dólares o que vale oito bilhões de dólares é lesivo aos interesses e é pacto pelo afundamento da Pátria brasileira.

Assim sendo, o governo dará o controle acionário da USIMINAS por quatrocentos milhões de dólares, pois aqueles títulos, os ditos "micos pretos", "moedas podres", têm um, deságio médio de 50% do seu valor nominal.

O Governo não receberá dinheiro vivo, nem cruzeiro, nem dólar, nem iens japoneses, nem libras esterlinas; o Governo receberá apenas papel sujo, papel desvalorizado.

E Brizola arremata o seu telefax, que me pede que lesse na Assembleia, pois que acabei de fazê-lo, com uma frase do Senhor Antônio Ermírio e Moraes, Diretor do Grupo Votorantim, que eu agora vou recitar, dedicando aos liberais desta Casa:

"Vocês já repararam que todos os compradores potenciais da USIMINAS são bancos ou são ligados ao setor financeiro.

O que pode atrair um banco a se meter em siderurgia?

Certamente não é a fabricação do aço, mas sim a possibilidade de revenda da empresa a ser comprada".

Referem as escrituras que ainda antes de Jesus ser crucificado os soldados o despojaram das suas vestes e lançaram sorte sobre a sua túnica num leilão que, despidendo o filho de Deus, despidendo o inocente, o puro, se fazia sobre as suas vestes. Será que a Nação brasileira, crucificada permanentemente pela história, precisa passar ainda por este leilão dos seus despojos?

Livre-nos Deus disso!

E, por isso, dia 18 ou dia 21 ou no dia que Brizola marcar, estaremos com ele, à luz da Candelária, tentando iluminar o Brasil.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Waldir Rossoni.

O SR. WALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, ouvi há pouco o vice-líder do PMDB falando sobre o caso BANESTADO e me senti na obrigação de responder a ele sobre a sua leitura dinâmica que fez sobre o editorial de um jornal.

Eu tenho um requerimento nesta Casa pedindo a presença do Secretário de Finanças para que ele venha a esta Casa fazer os esclarecimentos devidos quanto à situação do BANESTADO.

Acho que dentro de poucos minutos nós teremos aqui a verdade sobre o caso.

Se a leitura do Deputado Tavares foi simplesmente para tentar, talvez a vontade do PMDB do Paraná seja colocar sobre os ombros do ex-Deputado Martinez a culpa do prejuízo do BANESTADO, porque não vejo outro motivo da sua defesa e da sua leitura.

Se por um acaso a Bancada do Governo, realmente, quer reestabelecer a verdade, trazer a verdade a esta Casa, nada melhor do que aprovarmos o requerimento que fiz para trazermos aqui o Secretário de Finanças e, se possível, trazer o Presidente do BANESTADO para explicar a verdadeira situação do BANESTADO, mas, segundo estamos notando, é interesse do Governo esconder a verdade do BANESTADO, porque alguns analistas que analisaram o balanço do BANESTADO, onde acusa um prejuízo de três bilhões e poucos mil cruzeiros.

O verdadeiro prejuízo do BANESTADO não é 3 bilhões, mas sim, 12 bilhões de cruzeiros. Se realmente são 3 ou se são 12, o melhor seria o responsável vir a esta Casa e prestar esclarecimentos, ao invés de estarmos aqui lendo jornais que estão fazendo a defesa do governo do Estado que está

querendo esconder e encobrir a maneira como estão dirigindo o BANESTADO. Outro dia eu já falei que os dirigentes do BANESTADO e o Governador desse Estado ao invés de criticar o Senador José Eduardo, deveriam mandar a sua turma aprender a dirigir um Banco, no Bamerindus.

Não tenho dúvida disso e não quero aqui fazer a defesa do Bamerindus. Quero fazer a defesa da capacidade com que dirigem o Bamerindus e o Bamerindus está dando lucro e o BANESTADO está dando prejuízo.

Se amanhã sair mais um panfletinho na cidade falando que talvez achemos um outro culpado sobre o prejuízo do BANESTADO, talvez um outro Deputado do PMDB venha a esta Casa tentar esconder a verdade sobre o BANESTADO.

Eu peço aos Deputados desta Casa que aprovem o meu requerimento e nós consigamos trazer aqui a verdade sobre o BANESTADO e aí nós não iremos acreditar nem na Rede OM e nem nas outras notícias que estão saindo do BANESTADO, mas iremos ouvir as palavras dos responsáveis.

O Sr. José Tavares - Eminente Deputado

Valdir Rossoni, eu gostaria de dizer a Vossa Excelência e a esta Casa que quando trouxe o nome do Governo e, conseqüentemente, de um de seus órgãos, o BANESTADO, as informações que há pouco aqui tornei públicas, eu fiz no estrito cumprimento de um dever de parlamentar e de um paranaense. O que eu disse não tem nada de mais, aliás, está no processo, na Vara da Fazenda Pública aqui em Curitiba à disposição de todos. É uma ação interposta pela Rede OM de cobrança de mais ou menos cem milhões de cruzeiros, de anúncios veiculados em sua empresa no BANESTADO sem autorização do mesmo e essa ação foi indeferida pelo Juiz Irajá Prestes Mattar, acolhendo uma promoção do Ministério Público. Então Vossa Excelência, está, a meu ver, colocando de maneira muito inteligente, o outro lado da questão, que é o seu requerimento. Realmente cabe a Vossa Excelência, é do direito parlamentar e isso é um direito constitucional solicitar a presença de autoridades do governo para que venham a esta Casa prestar informações. Isso é uma coisa completamente diferente. O que eu disse e repito, isso que a Rede OM vem fazendo, querendo cobrar, receber do Banco um crédito que ela não tem, constitui, segundo alguns diretores do BANESTADO, cujos nomes eu citei, um deles é o diretor de marketing, Geraldo Seratiuk, e nosso companheiro de Partido, constitui até uma possível infração penal. Então foi nesse sentido que eu vim colocar à Casa, essas informações para que a sociedade paranaense saiba e tome conhecimento, que a Diretoria do BANESTADO não vai pagar um só

centavo para nenhuma emissora de rádio ou de televisão, sem que este centavo realmente tenha sido contratado pelo Banco. Foi esse o espírito da minha presença na tribuna.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. VALDIR ROSSONI - Eu entendo a sua posição, Deputado, mas o que eu quis colocar aqui, é que toda essa polêmica que está sendo gerada é devido à maneira pela qual estão administrando o BANESTADO e por isso eu peço o apoio de Vossa Excelência para que aprove o meu requerimento e para que todos os Deputados participem dessa sessão, fazendo as perguntas devidas e os devidos esclarecimentos, porque nós temos obrigação de, como Deputados, saber sobre a situação do nosso Banco, do Banco do Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra, a representação do PSDB. Com a palavra o Senhor Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Eu agradeço a gentileza do Líder do PMDB por ocupar o seu horário nesse instante. Eu apenas quero Senhor Presidente, Senhores Deputados, fazer um esclarecimento e um comunicado a Vossas Excelências em razão de que nós estamos encaminhando, hoje muitos dos Senhores já devem ter recebido o orçamento a Mensagem do Senhor Governador do Estado para o orçamento ano 92, como também em anexo um programa, um quitizinho que deverá explicar os caminhos para que nós possamos examinar essa lei, apresentar com equilíbrio, com independência sobretudo, as emendas e aprovarmos esse projeto de lei.

Vale dizer, aqui nesta oportunidade que, em virtude do requerimento apresentado ontem nesta Casa pelo Líder do Governo Deputado Orlando Pessuti, solicitando urgência na votação desta matéria o que graças a vontade de todos não foi recebido e eu debito muito mais ao arrobo Legislativo e intempestivo do Líder desta Casa, quando também talvez há um lamentável equívoco de sua assessoria em virtude deste requerimento solicitando urgência a essa matéria, nós estamos passando às mãos de Vossa Excelência ainda hoje, um roteiro, um cronograma com as datas exatas para apreciação de todo este programa.

A partir de hoje nós temos 10 dias para apresentação das emendas. Essas emendas serão apresentadas em plenário, no dia 18 de outubro termina o prazo para apresentação das emendas, do dia 19 ao dia 25 haverá de acordo com o Regimento Interno um prazo para classificação das emendas. Do

dia 26 de outubro ao dia 4 de novembro um prazo para publicação das emendas apresentadas, do dia 5 de novembro ao dia 14/11, prazo para apresentação do parecer das emendas. Do dia 19 de novembro prazo final para publicação do parecer sobre os projetos da Lei Orçamentária, plano plurianual e emendas. Do dia 25/11 a 27/11 o prazo em que os projetos de lei figurarão na pauta. No dia 28 de novembro inclusão na Ordem do Dia e 1ª discussão. Do dia 3/12 a 4/12, prazo para a Comissão de Orçamento elaborar a redação final dos projetos de lei e do plano plurianual; no dia 5/12, data em que será anunciada em plenário a redação final dos projetos de lei para o dia 9/12.

Com isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós queremos crer que com a ajuda de todos em especial da Comissão de Orçamento, da assessoria da Comissão de Orçamento, nós poderemos sem dúvida aprovar esta matéria de real importância sem maiores dificuldades, sem a pressa solicitada pelo Líder do PMDB, mas principalmente, com objetivo de todos de salvaguardar o direito e a independência desta Casa, e sobretudo a dignidade com que nós pretendemos manter os nossos mandatos.

Era isso. E nós nos colocamos, a partir de hoje, à inteira disposição, de igual maneira a própria Comissão de Orçamento para quaisquer dificuldades que nós possamos dirimir em torno deste problema.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedemos a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos inicialmente cumprimentar o Deputado Nelson Justus por, nesta data, trazer ao conhecimento deste Plenário das providências regimentais que adotou no dia de ontem e no dia de hoje, para que possamos, todos nós, nos orientar quanto ao encaminhamento da discussão e votação do projeto de lei orçamentário e do plano plurianual do Governo do Estado do Paraná.

Mas, Senhor Presidente, comparecemos à tribuna no dia de hoje para comunicar aquilo que de certa forma é do conhecimento dos Senhores Parlamentares que tiveram acesso aos jornais de hoje.

Na tarde de ontem, por alguns instantes, nos ausentamos deste plenário, em companhia do Deputado Severino Félix. O Deputado Severino Félix na condição de Presidente da Comissão de Agricultura, e nós na condição de coordenador do Bloco Parlamentar Agropecuário. Fomos, naquele momento, convocados a comparecer ao gabinete de Sua Excelência o Governador Roberto Requião, para, em companhia de Sua Ex-

celência, do Secretário Osmar Dias e do Presidente da OCEPAR, Inácio Donell, promovermos uma avaliação do pacote agrícola anunciado na última sexta-feira pelo Presidente Fernando Collor, através do Ministro Antônio Cabreira.

Tivemos a oportunidade de, ao fazermos as comparações com documentos reivindicatórios encaminhados pelo Governo do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do próprio Governador, respaldado em documento reivindicatório das cooperativas e dos agricultores paranaenses, chegarmos a uma constatação de que desta feita, o pacote apresenta pontos positivos.

Pontos positivos porque de certo modo dará aos agricultores condições para que, produzindo possam vender seus produtos por um preço atualizado, de acordo com aquilo que fora atualizada a sua dívida em banco.

É bem verdade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que se os juros, outrora, estabelecido na faixa dos 18,5% foi reduzido para 12,5% ao ano, mais a taxa de referência, nós ainda temos que estes 12,5% é um juro pesado para a agricultura.

Este, talvez, ainda permaneça como sendo um dos pontos negativos do plano apresentado por Sua Excelência o Presidente Fernando Collor. Como também negativo ainda são os valores que estão sendo alocados à agricultura brasileira na faixa de 4 bilhões de dólares, tendo em vista que em outras épocas, quando das maiores safras ocorridas neste País, ainda no Governo José Sarney, os recursos liberados à agricultura e à pecuária eram da ordem de 17 bilhões de cruzeiros.

Portanto, isto que hoje se apresenta até como um ponto positivo, representa para nós, ainda, um ponto negativo, porque na realidade estamos tendo à disposição da agricultura e da pecuária brasileiras apenas e tão somente 25% dos recursos que outrora já foram investidos neste setor.

E um outro ponto que ainda deixou de contemplar o pacote diz respeito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a não liberação, a não alocação de recursos para investimento no setor produtivo do Estado do Paraná e do Brasil.

Todos nós sabemos que ao longo destes últimos tempos a nossa agricultura vem sofrendo uma descapitalização muito grande, vem tendo sucateada todos os seus equipamentos, todo o seu maquinário de atividade agrícola. E nesse momento, mais uma vez, ao anunciar um pacote como sendo este pacote a redenção do setor produtivo nós assistimos que a questão dos investimentos na agropecuária foram deixados de lado.

Ainda ontem mesmo, nesta reunião, entendeu Sua Excelência o Senhor Governador,

através da Secretaria da Agricultura e das cooperativas, que deveríamos remeter um expediente ao Ministro da Agricultura, e isso foi dito ao Ministro através de um telefonema do Senhor Governador, de que nós estávamos satisfeitos com o plano anunciado, mas que estávamos apresentando algumas sugestões com referência aos juros, com referência aos valores liberados e principalmente com referência à falta de recursos para investimento, para que pudessem ser analisados e, no momento oportuno, ser atendidas pelo Governo Federal.

Um outro ponto que hoje é dado conhecer, através da imprensa, e que já era objeto de conversação do Senhor Governador com alguns Parlamentares, e a imprensa já anunciava isso, diz respeito a uma Mensagem que deverá Sua Excelência remeter a este Poder Legislativo, onde deverá reduzir a alíquota do ICMS dos produtos que integram a cesta básica de forma a atender os anseios e as reivindicações, tanto de produtores agrícolas como de consumidores.

E para que isso possa acontecer de forma a não prejudicar a receita estadual, pretende Sua Excelência o Governador, propor a esta Casa que a alíquota do ICMS cobrada sobre o uso da telefonia e sobre os combustíveis, especificamente álcool e gasolina sejam elas majoradas da alíquota atual de 17 para a alíquota máxima de 25%.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, entendemos que esta medida que será proposta a esta Casa por Sua Excelência o Governador, vem de encontro aqueles que maior necessidade apresentam do amparo do Governo do Estado, seja do ponto de vista do consumo, seja do ponto de vista da produção, porque estaremos realmente cobrando menos tributos da grande massa de brasileiros que são aqueles que consomem os produtos da cesta básica.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Colombino.

O Sr. Colombino Grassano - Estou ouvindo o discurso de Vossa Excelência e é bem oportuno o que Vossa Excelência vem trazendo a esta Casa. Mas, ocorre que no dia de ontem apresentamos um requerimento, juntamente com 28 Senhores Deputados, convidando o Diretor da Carteira Rural do Banco do Brasil, o paranaense, Luiz Antonio Fayet, para vir a Assembleia Legislativa prestar esclarecimentos sobre o pacote agrícola.

Vossa Excelência falou da parte negativa do pacote agrícola, eu sou um homem acostumado a falar das coisas positivas que se realizam na nossa Cidade no nosso País, no nosso Estado do Paraná. De modo que aproveito a presença de Vossa Excelência na tribuna, para solicitar aos Senhores Deputados que amanhã compareçam ao

Plenário, no Pequeno e no Grande Expedientes, onde estará presente o Dr. Luiz Antonio Fayet que irá prestar esclarecimentos sobre este assunto, tão importante para a agricultura paranaense e brasileira.

Do Paraná, muito especialmente, porque nós somos responsáveis pela grande produção de grãos, neste País. De modo que será uma grande oportunidade. Quem sabe se com a presença do Dr. Luiz Antonio Fayet aqui alguma coisa a mais se pode conseguir junto ao Governo Federal, ou especialmente junto ao Banco do Brasil.

Eu só quero advertir a Vossa Excelência de que também o BANESTADO tem uma Carteira Rural e gostaria de saber quais os juros que a Carteira Rural do BANESTADO cobra a aquisição de máquinas agrícolas, a aquisição de tratores agrícolas, de empilhadeiras, de tudo aquilo que o agricultor precisa. De modo que são juros de mercado e nós temos que aceitar, diante da situação brasileira. Mas o discurso de Vossa Excelência é muito importante e eu acredito que muito se esclarecerá, na tarde de amanhã, com a presença do Dr. Luiz Antonio Fayet, nesta Casa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço o aparte do Deputado Colombino Grassano e o cumprimento pela iniciativa de convidar o Diretor da Carteira Rural do Banco do Brasil para conversar e debater com os Parlamentares do Paraná.

É evidente que o nosso discurso não é um discurso pessimista, porque no início já dizíamos que muitos foram os pontos positivos deste pacote e apenas nos restava o volume de recursos, a taxa de juros e a falta de recursos para investimentos. Quanto aos juros cobrados pela Carteira Rural do BANESTADO, nós temos que os juros para custeio são aqueles que estabelecem o Conselho Monetário Nacional, aquele que estabelece o Banco Central e aquilo que estabelece o Manual de Crédito Rural que é de 9%. Quanto aos recursos para investimento é evidente que poderão ser numa alíquota maior. Mas nós não estamos... os recursos que estamos falando aqui, hoje, dizem respeito ao custeio da agricultura e não investimento. Nós queríamos que esse custeio autorizado pelo Governo Federal que vem com juros de 12,5% ao ano, que viesse naquilo que estabelece o Manual de Crédito Rural e as normas do Banco Central para os recursos obrigatórios do Crédito Rural que é de 9% ao ano. Isso eu tenho certeza que no BANESTADO está sendo cobrado - 9%, e o fato de nós estarmos reclamando é que, os recursos liberados pelo Presidente, outrora de 18,5%, teve realmente uma queda no juro mas não chegou ainda naquele nível, considerado pelos agricultores, satisfatório que é na faixa

dos 9%. Agora, os recursos de investimento, dependem, evidentemente, da linha que origina o recurso. A maioria nunca é 9%, nós sabemos disso: nem os Federais nem os recursos Estaduais. Além do que, a nível de Estado, os recursos para investimento são muito poucos, a não ser aqueles que estão sendo liberados hoje - pelo Governo do Estado - dentro do Programa intitulado Panela Cheia, que tem recursos para investimento, para pequenos produtores rurais na obtenção de calcário para melhoria de seu solo, e este está sendo cobrado através do sistema de equivalência. Não se tem estabelecido os juros. É equivalência e a mercadoria que equivale é o preço do milho.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem) - Estou encaminhando a Vossa Excelência, três emendas para o Orçamento do Estado, em meu nome e em nome da Deputada Emília Belinati. Gostaria que Vossa Excelência nos orientasse a quem serão entregues as emendas para o Orçamento do próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As emendas deverão ser entregues na Secretaria da Mesa e os funcionários da Comissão de Orçamento estarão à disposição aqui, durante 10 dias, para recebimento das mesmas.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Eu noto aqui que o Deputado Alborghetti já está encaminhando emendas ao Orçamento do ano que vem, e eu ainda não recebi o Orçamento para poder analisá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tenho a impressão que deve estar em seu gabinete. E o prazo para apresentação de emendas, é sugestão da Mesa, para que ele se inicie amanhã. A Mesa anuncia a apresentação da proposta orçamentária e combina aqui, com o Presidente da Comissão de Orçamento, o prazo começará a decorrer a partir de amanhã.

Findo o Horário do Expediente passamos à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando licença do seu mandato parlamentar no período de 12 a 23 do corrente mês, em substituição ao Prefeito Municipal de Curitiba. Aprovado.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, devidamente apoiado, constante do expediente. À Dire-

toria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Dalton Machuca e Ademir Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colago, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cesar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/91, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza o Governador do Estado ausentar-se do País, para tratar de assunto referente ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/91

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Roberto Requião, Governador do Estado, ausentar-se do País até 31 de dezembro de 1994, no interesse da Administração, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, para tratar de assuntos referentes ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Parágrafo Único - A cada afastamento de que trata o "caput" do Art. 1º, o Senhor Governador do Estado comunicará prévia e expressamente à Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.10.91.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Pela aprovação do parecer oral, pela aprovação, oferecido pelo Deputado Durval Amaral.

Parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/91, de autoria do Deputado Paulo Maia, que dá nova redação ao Parágrafo 1º da Lei nº 7.634, de 13.07.82, conforme especifica (funcionários). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de nº 140/91, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

17 Senhores Deputados aprovam.

21 Senhores Deputados rejeitam.

Rejeitado.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, apenas para desculpar-me com a Mesa e com o Deputado Nelson Justus, porque realmente o orçamento já está em nosso gabinete.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 335/91, de autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE LONDRINA - AFISCAL. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 356/91, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Pato Branco, Estado do Paraná, o imóvel urbano que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS, da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 05 (cinco) sessões. Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 356/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO ESPIRITUALISTA MORIMBATÁ, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

396/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DOM BOSCO DE ENSINO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 403/91, de autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES VISUAIS DE IBIPORÁ, com sede e foro na cidade de Ibiporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 404/91, de autoria do Deputado Eurides Moura, que declara de Utilidade Pública o CENTRO ESPÍRITA EMMANUEL, com sede e foro na cidade de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 409/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ - CITPAR, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Só para chamar a atenção da Assembléia que estamos colocando no mesmo plano de Utilidade Pública, o CITPAR, Centro de Integração de Tecnologia do Paraná, que é uma espécie de berço de produção de tecnologia, de pensamento paranaense, com o Movimento Espiritualista Morimbatá, ou com o Centro Espírita Emmanuel da cidade de Bandeirantes.

Na verdade, este nosso critério de Utilidade Pública, precisa um dia destes ser discutido por esta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 017/91, de autoria dos Deputados Ernani Pudell e Durval Amaral, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Iguatemi, do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. Prejudicado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 088/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 12/91, que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização

gratuita, ao município de Curitiba as áreas que especifica, às margens do lado da Represa do Passaúna, partes de áreas maiores havidas pela Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.E.M.A., por unanimidade. Em 1.^a Discussão - Publ. no DA. n° 105, de 18.03.91, com os respectivos Pareceres) Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, é do conhecimento desta Casa que quando assumiu o Governo S.Exa. o Governador Roberto Requião, o mesmo solicitou a devolução de todas as mensagens outrora enviadas a este Poder por S.Exa. o ex-Governador Álvaro Dias. Não sabemos quais os motivos desta mensagem não ter sido devolvida naquele momento. Não temos como afirmar que a mesma fora citada.

Mas o que temos a informar a este Plenário é que na manhã de hoje conversando com S.Exa. o Governador e com o Chefe da Casa Civil, fomos informados pelos mesmos que estavam remetendo a esta Casa no dia de hoje um expediente solicitando a devolução dessa Mensagem para que pudesse o Poder Executivo melhor analisá-la e remetê-la a esta Casa. Portanto Senhor Presidente, diante dessas dúvidas eu consulto à Mesa da possibilidade de não apreciarmos essa matéria no dia de hoje enquanto aguardamos a chegada desta correspondência que possivelmente já deve estar nas dependências deste Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa até o presente instante não recebeu nenhuma comunicação do Poder Executivo no que se refere à Mensagem 12/91.

V.Exa. encaminha um requerimento solicitando a retirada.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Eu não vejo o que haja de ilegal ou de anti-constitucional no Ato do Governador do Estado do Paraná ceder em caráter de utilização gratuita ao município de Curitiba o Parque do Passaúna que já dispõe de mirante, já está implantado e que tem a finalidade elevada de garantir a pureza de dois terços da água que esta população bebe nas margens da represa do Rio Passaúna.

A cidade de Curitiba, inclusive pelo silêncio deste Deputado, do vice-Prefeito Algaci Túlio e de outros Deputados que apoiamos o Prefeito Jaime Lerner, concor-

dou com a lei dos "royalties" para os mananciais apresentada pelo Deputado Neivo Beraldin mesmo sendo prejudicada em 5% do seu orçamento devido através dos "royalties" por captação de água por entendermos ser do bem comum a preservação dos mananciais na grande Curitiba, de maneira que acho que essa mensagem pode perfeitamente ser votada e votada afirmativamente pela Bancada inclusive do Governador e depois então, o Senhor Líder do Governo pode requerer a mensagem para que o Governador coloque as emendas que necessite.

Eu não vejo a possibilidade do curitibano Roberto Requião Governador de Curitiba pretender desestabilizar ou destruir ou impedir a cidade de ter o Parque do Passaúna, mesmo porque o que a Prefeitura fez às margens do Rio Passaúna é um serviço público relevante que o Governador do Estado se tem vontade de fazer um Parque pode fazer ao lado de Campo Largo, daí está todo manancial preservado, tem meio parque ainda para ser feito, o perímetro do Lago do Passaúna é de cinquenta quilômetros, nós urbanizamos vinte e cinco, o Governo do Estado pode urbanizar os outros vinte, inaugurar e a gente vai até como convidado na inauguração, só com uma vantagem, no nosso mirante dá para ver o por do Sol, no de vocês não.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem) - Eu havia encaminhado um pedido requerendo a retirada de pauta do Projeto de Resolução 17/91 por dez sessões, e efetivamente o Senhor colocou em processo de votação, existe um pedido do autor pedindo a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo 159 do Regimento Interno: "Antes de se iniciar a discussão de um projeto será permitido o seu adiamento que não excederá a dez sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado pelo Deputado.

O SR. RAFAEL GRECA - Esse projeto já foi adiado uma vez.

Está prejudicado o requerimento de V.Eta. Cabe o recurso do veto.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Ou da rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já está aprovado.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Nós temos que lembrar mais uma vez ao Líder do Governo o seu dever de bem comum. Quero lhe convidar Deputado Pessuti e a sua Bancada para um passeio até o Parque do Passaúna para que S.Eta. volte a informar a essa Assembléia no que aquele Parque com a

preservação das áreas de manancial, com a instalação do Mirante, com a proibição da pesca, com a estação ecológica experimental Carlos Klemets, com a preservação das três olarias submersas que lá existem atrapalha o bem comum ou fere o que deseja a Superintendência de Recursos Hídricos do Paraná.

Não tem cabimento a ameaça de rejeição em cima de um parque que foi inaugurado pelo Prefeito de Curitiba com a presença do Governador do Paraná. Não tem cabimento de maneira nenhuma! Teria cabimento rejeição, isto sim, dos loteamentos clandestinos, que na margem de Campo Largo da Piedade, começam a se instalar comprometendo a captação de água de Curitiba.

Nós não podemos colocar antolhos de perseguição partidária no processo de bem comum. Antolhos de antoninos ou santo antoninos são aqueles instrumentos que costumavam os colonos poloneses das colônias submersas da região da Araucária colocar nas suas anilhas para que elas fossem diretamente rumo ao mercado ou serviço. Nós devemos rasgar os antolhos em busca do interesse do bem comum, em busca da luz da pureza da água de Curitiba.

Este projeto, de reconhecida utilidade pública, tem o autógrafo de um Governador, não tem do atual, mas eu duvido, é uma desomenagem à inteligência do Governador Requião dizer que Sua Excelência é contrário a este projeto.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - O Deputado Rafael Greca, Senhor Presidente, tem nos últimos dias judiado um pouco de nós.

Nós não temos nenhuma contrariedade, inclusive no dia do selo, não é, Senhor Presidente, cem anos da Constituição. Mas não temos nenhuma contrariedade quanto a se aprovar isso, até, por sinal, somos um defensor de que Curitiba, cidade que residimos por opção, não por nascimento, tenha cada vez mais preservado o seu meio ambiente e melhorado as condições de vida dos seus concidadãos.

Nós apenas estamos levantando uma questão de que no nosso entendimento essa matéria teve a sua tramitação solicitada, fosse interrompida em função de um pedido de devolução do Governo que aconteceu no início do Governo Roberto Requião.

E temos informações, porque estivemos de manhã no Palácio Iguazu reunidos com o Governador juntamente com um grande número de Senhores Deputados, tratando de assuntos relativos a previdência do Estado, que o Governador nos informava que estava remetendo a esta Casa um expediente solicitando a devolução desse projeto, o que poderá redundar em nada o nosso voto a favor hoje porque amanhã pode chegar o expedien-

te e a matéria ser recolhida da mesma forma.

Então, eu acredito que o que nós estávamos propondo era justamente as precauções para que não votássemos aquilo qual de repente, não estará sendo votado.

Então, eu só queria essa compreensão. Não existe nenhum ato de contrariedade da nossa parte e estamos aguardando que o Governo remeta o seu expediente.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero convidar o Deputado Pessuti a fazer uma reflexão peripatética comigo e com o Governador Requião na pista de Cooper, às margens do Lago do Passaúna, numas das próximas manhãs. O "peripatos" era aquele espaço de Atenas onde Sócrates e Aristóteles desenvolveram as teorias luminosas que fundaram a política moderna.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu gostei desse peripatético.

O SR. ORLANDO PESSUTI - É o novo rito da Assembleia, não é, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 1ª discussão do Projeto de Lei 88/91. Em votação. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/91, de autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, que autoriza o Poder Executivo e custear despesas com tratamento de saúde de Servidores Estaduais ativos e inativos, quando acometidos de doenças graves. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. (Publ. no D.A. 118, em 1ª discussão, com os respectivos Pareceres).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 097/91. - Prejudicado.

De acordo com o artigo 159 não poderá ser adiado nesta fase. A votação será de modo inverso de acordo com o artigo 165.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Senhor Presidente.
(Assentimento)

Seremos compelidos a não dar a nossa aprovação a esse projeto, primeiro porque o projeto prevê um atendimento e custeio de despesa para tratamento de saúde dos servidores estaduais ativos e inativos quando acometidos de doenças graves. Nós entendemos que o mérito do projeto em si é válido. Todavia ele estabelece, no mérito, um tratamento diferenciado entre os servidores do Estado e o conjunto da população.

Nós entendemos que, com a adoção do sistema único de saúde, cabe ao Estado, de um modo geral, com a concorrência da União, do Estado e dos Municípios, de permitir que todos os cidadãos brasileiros tenham um atendimento igualitário, de boa qualidade em termos de saúde, independentemente da sua condição social, da classe ou da categoria a que pertence. Essa é a grande luta que há muito se iniciou em nosso país, no sentido de universalizar o atendimento de saúde à nossa população.

Nós não podemos mais admitir que em nosso país existam tratamentos de saúde diferenciados: para aqueles que podem pagar os serviços particulares, um serviço, um atendimento de rei, de boa qualidade e àqueles despossuídos, deserdados da nossa sociedade, têm perecido nas filas dos postos de saúde, nas filas dos hospitais, tratados muitas vezes, com atendimento de saúde inferior ao atendimento que recebem, muitas vezes, os animais de estimação das famílias abastadas.

Então é nesse sentido favorável em princípio que o Estado assumas as despesas dos pacientes acometidos de doenças graves, mas que todos os cidadãos tenham direito a esse mesmo tratamento. É por isso que nós entendemos que essa discriminação, esse privilégio trazido aos servidores que não se coadunam com a política mais avançada de saúde pública, é que nós votaremos contrários a esse projeto.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu peço o arquivamento do projeto de nossa autoria, visto que o Governador está em estudo, num novo sistema de saúde aos funcionários públicos do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter a voto, mas V. Exa. deve encaminhar por escrito o seu requerimento.

Ainda, sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 097/91. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 166/91, de autoria dos Deputados Antônio Annibelli e Dobrandino da Silva, que cria a Região Administrativa de Foz do Iguaçu, conforme especifica. Com Parecer Contrário da C.C.J., por unanimidade. (Publ. em 1ª Discussão no D.A. nº 116, com Parecer). Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu consulto a Mesa e peço que seja informado esse Plenário o seguinte: pelo que estabelece o artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná - "a

criação de regiões metropolitanas e microrregiões constituídas de municípios limítrofes, deve ser objeto de projeto de lei complementar". Talvez até por essa razão é que a Comissão de Justiça tenha opinado contrariamente a esse projeto de lei. No nosso entendimento, o projeto não poderia ir a votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Apenas lembrar na mesma direção do posicionamento do Deputado Orlando Pessuti, a Bancada do Partido dos Trabalhadores já tomou a iniciativa, está tramitando nesta Casa, um projeto de lei complementar que cria os critérios para a criação ou supressão das regiões e microrregiões no Paraná.

Nós entendemos que é uma matéria que primeiro, entendemos que, é uma matéria que primeiro carece da regulamentação Constitucional, e a partir daí a luz desses critérios, estabelecidos na Lei Complementar se possam apresentar então os projetos específicos e adequados a realidade de cada região e microrregião metropolitana do nosso Estado.

Nesse sentido fazemos um apelo, ao ilustre Deputado Dobrandino, para que haja a retirada desse Projeto, ou o arquivamento até que esta Casa aprove definitivo a Lei Complementar.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - O Projeto está autuado na forma de Lei Ordinária.

Realmente tem razão o Sr. Deputado Orlando Pessuti, quando alega dispositivo Constitucional, que o Projeto seria de Lei Complementar. Projeto tem parecer contrário das Comissões, por isso mesmo, vou submeter a votos, pelo voto inverso.

Srs. Deputados que aprovam...

O SR. DOBRANDINO DA SILVA - (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, na verdade a autoria desse Projeto é do Deputado Antônio Annibelli, no mesmo teor já foi dado entrada no ano passado projeto dessa natureza, foi vetado pelo ex-Governador Álvaro Dias, desde o início do ano tenho conversado com o Governador Roberto Requião, após a minha posse na Assembléia Legislativa, e o Governador realmente tem o mesmo pensamento do ex-Governador Álvaro Dias que é inconstitucional.

E diz ele, o Governador, que deve ser regulamentado essa matéria através de um Projeto de Lei, como citou agora o Deputado Ernani Pudell, e sabemos que vai sofrer outro veto novamente pela inconstitucionalidade já oposta pela Comissão de Constituição e Justiça, eu gostaria e requero verbalmente para ser arquivado esse Projeto de Lei, até que regulamente a Lei, e entre com um Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 166/91. Prejudicado.

O Projeto é de autoria do Deputado Antônio Annibelli, tem pareceres contrários e à Assembléia se manifestando pelos pareceres o Projeto está rejeitado, acho que é uma forma de economia processual legislativa.

Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se. Rejeitado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 182/91, de autoria dos Deputados Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) e outros, que dispõe sobre o número máximo de alunos que pode ser atendido por uma professora em sala de aula na rede pública e particular de ensino do Estado. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J., e C.E.C.E., por unanimidade. (Publ. em 1ª Discussão no D.A. nº 100, de 20.08.91 com os respectivos Pareceres).

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 02 (duas) sessões. Prejudicado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Há um requerimento na Mesa, solicitando a retirada deste Projeto por duas sessões, porque o autor, Deputado Florisvaldo Fier, Doutor Rosinha, não se encontra em Plenário - está acompanhando uma grave enfermidade de seu pai - e ele pretende fazer a defesa e a exposição das razões do seu Projeto. Então, eu pediria a esta Casa e a essa Presidência, em homenagem ao autor do Projeto, que fosse admitida a retirada por duas sessões e aí, posteriormente, para que o Deputado Rosinha pudesse fazer a defesa do seu Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente estamos restritos ao Art. 159. Entretanto, se o Projeto for aprovado na sessão de hoje, o Deputado poderá fazer a sua defesa na sessão de amanhã.

Pareceres contrários. Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se.

O SR. RAFAEL GRECA (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

O Doutor Rosinha pretende com o Projeto, restringir o número de alunos matriculados em cada sala de aula. É muito bonita a ideia, do ponto de vista pedagógico.

co. São até 35 alunos na parte mais avançada do ensino fundamental, até 30 alunos nas classes de alfabetização e até 15 alunos nas classes de pré-escola. Eu acho que não temos pré-escolas na Rede Estadual de Ensino, salvo algumas exceções, temos pré-escola, isto sim, na Cidade de Curitiba, na Rede Municipal de Ensino.

O Deputado Plauto Miró Guimarães, lembra à Assembléia, no seu parecer contrário, que a ideia do Doutor Rosinha é louvável, mas o perfeito nem sempre é o limite possível.

Então, recomendamos na Comissão de Constituição e Justiça, a rejeição do Projeto, exatamente porque ele significaria uma limitação ainda maior ao acesso - defendido pela Constituição - à educação, ao maior número possível de crianças.

Aí vem aquele tipo de argumentação: mas, será que a criança frequentar a escola, já basta para que ela tenha o direito constitucional à educação. Não. Não basta. Mas, já é um primeiro passo, num País onde os verdadeiros educadores estão sendo os heróis japoneses de toda manhã, na televisão: o "Jaspion", as "Tartarugas Ninjas". Aliás, daqui a pouco, as nossas crianças vão crescer achando que a força reside só nos japoneses.

Os verdadeiros homens fortes, que virão comprar a USIMINAS, serão todos japoneses? E a gente vendo japoneses tão ricos, morando naquele arquipélago sem aço, saídos, ou melhor, recém saídos de uma guerra. E nós, tão miseráveis, tão pobres, morando neste País cheio de tantas "benesses", jardins de delícias do paraíso. Daí vamos já nos lembrar da nossa infância, onde sempre os fortes, os bons, desde o "Nacional Kid", eram sempre os japoneses. E aí venderemos tudo de maneira mais fácil.

De maneira que eu acho melhor tirar a criança da televisão e mantê-la na escola. Mesmo que a escola não seja boa.

Por isso, voto contra o Projeto do Doutor Rosinha - pedindo à Assembléia que faça o mesmo - não sem deixar de sugerir ao seu autor que transforme este Projeto em requerimento de sugestão ao Pastor Elias Abrahão, que, se fizer jus ao patrono do seu nome, saberá conduzir este povo a caminho mais feliz do que o que atualmente vive no deserto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Atualmente, a Lei nº 5.692, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, prevê o número mínimo de 35 alunos por série.

Nós temos conhecimento de que a nova proposta da LDBE, que tramita no Congresso Nacional - que deve ser aprovada neste ano e provavelmente entre em execução a partir de 1992 - tenha uma iniciativa também com este objetivo.

Eu destaco aqui, a preocupação do Deputado Rosinha, obviamente um processo desta natureza teria que passar até por um parecer do Conselho Estadual de Educação; mas não posso deixar de destacar a intenção do Deputado Rosinha, que prevê com isso a transformação da educação no Paraná, seja ela pública ou privada, numa educação de qualidade, numa educação que de fato leve este Paraná a ser exemplo do que o País precisa em termos de educação. E não a educação do palanque, quando é para se ganhar o voto.

Por isto, mesmo acreditando na necessidade da apresentação de um parecer do próprio Conselho Estadual de Educação - que destacaria esta questão - serei favorável, porque vejo nisto aqui a intenção de despertar o quadro político brasileiro administrativo, para a realidade e o caos em que vivem, principalmente as escolas públicas do Estado do Paraná.

Aliás, a exemplo do salário-mínimo. Nós jamais sabemos o que é o salário-mínimo. Mas, jamais temos o direito de saber o que representa o salário-máximo.

Da mesma forma, sabemos hoje o que representa o número mínimo de alunos, pelo que estabelece a Lei nº 5.692. E como se estabelece o número mínimo de 35 alunos, vemos absurdamente, desrespeitosamente a quem frequenta as escolas públicas do Paraná, professores tendo 40 a 50 alunos numa mesma sala. E isto é uma aberração que, de fato, o Projeto do Deputado Rosinha denuncia a esta Casa, neste momento.

Obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) -

Quero dizer ao Deputado Rafael Greca, que oxalá as nossas elites brasileiras se mirassem no exemplo do povo japonês, talvez até dos seus dirigentes, que têm demonstrado à humanidade um respeito muito grande ao seu povo, fez um esforço de investimento - segundo nos consta - de mais de 25% do seu PIB, durante muitas décadas, em educação, e hoje é aquela potência porque investiu em educação!

Eu acho que deveríamos copiar dos japoneses, o capital japonês talvez não nos interesse, mas os bons exemplos, na educação, eu acredito que sim.

Agora, no Brasil real que conhecemos e observamos, por exemplo, aqui nesta Pátria, os palácios são o capital especulativo dos bancos. Os bancos têm o Palácio Avenida, iluminado, com mármore e granito, e as escolas caem aos pedaços! Este é o

Brasil real que conhecemos!

Aqui neste País, os templos são os "shopping centers", os consumos e tudo o mais; para as escolas ficam as taperas, muitas vezes jogadas nos cantos.

A preocupação do Doutor Rosinha traz algo muito profundo, traz e chama a atenção e cria uma norma que exige que o Estado trate com seriedade a questão pedagógica neste País! Está comprovado, do ponto de vista pedagógico, que amontoar 50, 100, 200 alunos numa sala de aula, não é produtivo.

Aonde é que este País vai chegar, sem educação? É vendendo a USIMINAS, a preço de banana, conforme o Deputado denunciou aqui? Não! É investindo no capital maior que temos, o único que vai assegurar um dia que este País seja desenvolvido e independente de fato, quando tivermos cérebros preparados!

Temos que investir na nossa juventude, nas nossas crianças! Este País tem que fazer um verdadeiro esforço de guerra para eliminar o analfabetismo, para eliminar a evasão escolar, que hoje temos. Isso sim é a única coisa que vai assegurar que um dia esta Pátria seja desenvolvida, seja independente, de fato! É através da qualificação do seu povo, a humanidade ensinou isso em todos os tempos, inclusive no tempo de Sócrates, quando eles andavam fazendo o seu "cooper", por ali se ensinou que a cultura e a educação refletem o desenvolvimento do seu povo!

Por quê o Japão e a Alemanha se ergueram depois da guerra, além da ajuda importante que receberam dos Estados Unidos? Foi fundamentalmente porque tinham um povo capacitado e habilitado para absorver e fazer tornar produtivo àqueles investimentos.

Então é essa a questão fundamental. Eu pediria ao Deputado Rafael Greca, pediria a toda essa Casa, em homenagem ao autor do Projeto, que votássemos hoje em 1.^a discussão, favoravelmente ao Projeto. Para que não abortemos aqui uma boa ideia. Então, que votemos favoravelmente, e na segunda-feira, quando tivermos a 2.^a votação dessa matéria, que o autor do Projeto possa defender e que àqueles Deputados que discordarem do mérito deste Projeto, que tragam inclusive, dados da Secretaria da Educação, talvez até a própria Secretaria da Educação possa concordar com o mérito do Projeto, ter uma proposta alternativa.

Aí teremos condições de votar definitivamente, em 2.^a discussão, se for o caso esta Casa poderá rejeitá-lo. Agora, votando contrariamente hoje, acredito que estaremos abortando, de uma forma prematura, este Projeto que traz, no seu mérito, muito mais qualidade que defeitos.

Pelo menos é o que nos apresenta, no

Curitiba, quarta, em 09.10.91

momento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Gostaríamos de registrar a presença do ex-Ministro e ex-Deputado, Doutor Borges da Silveira, que honra com a sua presença este Poder Legislativo, e, ao mesmo tempo, queremos agradecer, quando à frente da pasta do Ministério da Saúde, o que fez pelo nosso Estado.

Muito obrigado pela presença, Doutor Borges da Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa associa-se a Vossa Excelência.

Realmente, o ex-Deputado e ex-Ministro Doutor Borges da Silveira muito honrou o Paraná.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei n° 182/91, queiram levantar-se.

Rejeitado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 206/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que dispõe sobre a Programação da TV Educativa Estadual. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 116, em 1.^a Discussão, com os respectivos Pareceres, em 17.08.91)

Para encaminhar.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Projeto que passamos agora a discutir e estamos encaminhando, trata-se da tentativa de procurar melhorar a programação da TV Educativa do Estado do Paraná.

Os Senhores Parlamentares têm aí o Projeto na Ordem do Dia, mas quero dizer que a TV Educativa do Paraná precisa ser usada pelos paranaenses, precisa ter a programação produzida aqui, utilizando gente do Paraná. Isto porque, não podemos ficar assistindo à TV Educativa com um programa gerado no Rio de Janeiro, por exemplo, onde lá é feito um programa de Arte Culinária e talvez não tenha nenhum interesse para as donas-de-casa aqui de Curitiba.

A programação da TV Educativa vem também com programação gerada em São Paulo, especialmente na área esportiva. No entanto, não há espaço para a área esportiva do Paraná!

A TV Educativa do Paraná deveria ter uma equipe de jornalistas produzindo programações a respeito do Paraná, contando a história dos municípios do Paraná, contando a história daqueles que fizeram e daqueles que fazem a história do Estado do Paraná.

No entanto, vemos programações que nada têm a ver conosco aqui. São programa-

ções mostrando as belezas do Rio de Janeiro, as belezas de São Paulo. Isso - não é que não nos interessa - é Brasil, mas teria muito mais valor se mostrasse um trabalho jornalístico a respeito das Cataratas do Iguaçu, a respeito das belezas naturais do nosso Paraná.

Então, nesse sentindo que meu Projeto visa fazer com que a TV Educativa do Paraná possa, por exemplo, fazer produções locais. O lado artístico do Paraná, por exemplo, não tem mais espaço em nenhuma televisão daqui, todas elas vêm com programação gerada de fora. Não sobra espaço para nada, para ninguém aqui da terra.

Então, o objetivo do meu Projeto, é fazer com que a TV Educativa gerencie programação local, dando espaço para os valores paranaenses, dando espaço para os valores curitibanos. E veja, pode se alegar até que hoje a TV Educativa não tenha capacidade técnica e financeira para fazer essa alteração. Eu estou dando aqui, no meu Projeto de Lei, um prazo para que a televisão possa se preparar - um prazo de um ano - tecnicamente e até financeiramente, para gerar a produção de programas a nível de Estado do Paraná, valorizando as coisas do Paraná.

E vejam bem, a Constituição Federal diz: "A produção, promoção da cultura nacional e regional em estímulo à produção independente que objetive a sua divulgação.

A Constituição Estadual diz: "O Estado implantará emissora de televisão de caráter educativo e cultural, vinculada à Secretaria de Estado e da Cultura, devendo sua programação dar prioridade à produção e à difusão dos valores culturais paranaenses". Então vejam, garantida nas Constituições Estadual e Federal, regulamentada na forma da lei, em operação no Paraná a TV Educativa, segundo nós temos verificado, não vem atendendo aos princípios para os quais ela foi criada.

Senão vejamos: a sua programação repleta de produções geradas em outros Estados, caracterizando-a como uma mera retransmissora de imagens.

É necessário, Senhores Parlamentares, que façamos valer o nosso direito, dos paranaenses, de produzir, de demonstrar aquilo que é nosso. O nosso projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça e o parecer que é assinado pelo Deputado Colombino Grassano e tem como relator o Deputado Luiz Carlos Martins diz: "em sua justificativa o autor registra o dispositivo constitucional federal estadual que impõe o caráter regional às emissoras culturais". E argumenta mais, que "atualmente a nossa emissora regional está recheada de programas elaborados em outros Estados, apesar de alto nível".

Na Comissão de Cultura e Esporte, em que o Presidente é o Deputado Alceu Swarowski, também com parecer favorável, diz: "esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, chamada a opinar conforme preceitua o Regimento Interno, posiciona-se igualmente de modo favorável à aprovação do projeto, já que a presente proposta muito beneficia a cultura paranaense, valorizando-a através da divulgação do trabalho de nossos artistas e demais pessoas ligadas à cultura desta terra dos pinheirais".

Assim sendo, o meu projeto está aqui para ser votado neste momento, solicitando à gerência da TV Educativa pelo menos 50% da programação total da emissora para assuntos do Paraná, para a valorização do Paraná. Não quer a programação toda, porque sabemos que seria até impossível gerenciar uma programação toda a respeito do nosso Estado, se bem que se houvesse boa vontade para isto não teríamos dúvidas de que criando um bom departamento de jornalismo, um bom departamento artístico, certamente toda a programação poderia ser gerada com produções feitas no Paraná.

No entanto, repito, o meu projeto dá um prazo de um ano para que a TV Educativa possa se reequipar, possa se preparar, para poder colocar em funcionamento um projeto, gerando 50% de sua produção a nível jornalístico, a nível artístico, a nível cultural dentro do Estado do Paraná.

Fica nas mãos dos Senhores Parlamentares que certamente gostariam de ver as coisas boas dos seus municípios sendo mostradas via televisão que, normalmente, não teriam espaço suficiente nas outras televisões. A TV Educativa daria esta oportunidade, para que pudessemos ter produções a nível do Paraná.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre este assunto temos aqui cerca de dez páginas datilografadas de argumentos para que pudessemos fazer um encaminhamento no sentido de que rejeitássemos este projeto. Mas gostaríamos de nos ater à algumas poucas avaliações constantes daquilo que temos conosco. A simples cessão de um percentual de 50% do horário de atividade de TV em programas de caráter estadual, representaria de imediato um desembolso financeiro que o órgão não teria condições de suportar. Pois que para a entrada no ar no prazo previsto da proposta de implantação até um ano, poderia ser estipulado um

índice menor, mas que teria a possibilidade de ser alcançado.

O prazo de até um ano é muito reduzido, pois as programações de metas no Estado são feitas antecipadamente, devendo constar do orçamento do ano, o qual é planejado um ano antes, dependendo da aprovação pela Assembleia, como reza o texto constitucional.

Atualmente a Fundação Rádio Televisão opera em seu maior tempo de atividade num total de 15 horas com programas de retransmissão, pois não tem aparelhagem que permita de imediato ir ao ar com programas culturais predominantemente locais.

A aquisição de equipamentos consta de programação a ser cumprida pela unidade, gradativamente, bem como a proposta de se constituir um corpo técnico com formação e conhecimento na área, pois a aparelhagem de um alto investimento exige que se tome cautelas em seu uso e manutenção.

Além disso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é do nosso entendimento que não é competência do Poder Legislativo Estadual inserir-se nas questões de ordem administrativa do Poder Executivo, a separação dos três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário estabelece, que a nós cabe estabelecer a legislação, mas não entrarmos no que diz respeito aos detalhes da administração.

Por essa razão, e temos tantas outras aqui para considerar, mas entendemos que embora valorosa a ideia do Deputado Algaci Túlio nesse momento não podemos pelas razões de cunho financeiro, de cunho orçamentário, e principalmente o da iniciativa desse processo, darmos aprovação a essa matéria, por essa razão iremos votar pela rejeição deste Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei 206/91 queiram levantar-se.

Quinze aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dezenove rejeitam.

Está rejeitado o projeto.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a alçada do Estado, a estrada ligando os Municípios de Irati e Inácio Martins. Com PARECERES FAVORÁVEIS

da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. em 1ª discussão no D.A. nº 116, de 17.09.91, com os respectivos Pareceres).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/91, de autoria dos Deputados DR. ROSINHA, OVIDIO CONSTANTINO, ERNANI PUDELL, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre a criação do Fundo Estadual de Saúde - FES, e das outras providências. SEM PARECERES. Em REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 77, de 25.06.91).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell e Ovidio Constantino, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 05 (cinco) sessões. Prejudicado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Ao citado projeto, apresentamos um requerimento de adiamento de cinco Sessões porque hoje inclusive está se realizando no Paraná um fato histórico que é a Conferência Estadual de Saúde.

Hoje portanto o Paraná, a partir de várias conferências municipais realizadas em todos os municípios de nosso Estado, onde foram tirados delegados, hoje estão realizando a Conferência Estadual de Saúde, que inclusive irá trazer as sugestões para a constituição do Conselho Estadual de Saúde, do Fundo Estadual de Saúde.

Então nesse sentido, até por economia processual, digamos assim, pedimos a retirada por cinco Sessões desse Projeto, teremos a partir de amanhã as sugestões que serão encaminhadas pela Conferência, e poderão eventualmente, naquilo que contrariar o referido Projeto da Bancada do Partido dos Trabalhadores, essas sugestões poderão ser trazidas inclusive de uma forma democrática, em forma de Substitutivo Geral.

Então é por isso que estamos pedindo a retirada desse Projeto por cinco Sessões, porque entendemos que é a forma mais democrática e teremos condições de absorver todas as sugestões da Conferência Estadual de Saúde e rapidamente o Paraná sairá na frente com muita agilidade na aprovação definitiva desse Projeto, com muita rapidez.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo 159. Infelizmente não é possível novo adiamento.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, eu pediria nesse caso a Vossa Excelência, pois é um caso excepcional porque estamos com a Conferência Estadual de Saúde sendo realizada, que tem inclusive como

objeto, ponto de pauta a discussão exata-mente desse Projeto, e nós entendemos que é a forma mais correta, mais prática, mais democrática, acho que o Poder Legislativo do Paraná deve estar sempre aberto às manifestações da sociedade paranaense, de todos os órgãos, dos usuários, dos prestadores de serviço que hoje estão discutindo e nós queremos preservar exatamente toda essa discussão democrática que todas essas sugestões possam ser contempladas nesse Projeto.

Então é por isso que pedimos a Vossa Excelência que abra uma exceção neste caso, porque, temos certeza que ela sendo acatada irá de encontro aos altos interesses com a sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Bola com o Deputado Pessuti, se a Bancada do Governo aprovar o Projeto amanhã, poderemos retirar da Ordem do Dia porque está numa nova discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós entendemos que essa matéria não deveria inclusive estar merecendo a apreciação deste Plenário, porque embora estabeleça a Constituição do Estado que este assunto será tratado na forma da lei nós entendemos que a matéria possui vício de constitucionalidade, de origem, dado que se trata também de matéria de gerenciamento administrativo daquilo que estabelece a Constituição do Estado no que diz respeito à saúde da população.

Por esta razão nós entendemos que, já possuindo um decreto de Sua Excelência o Governador que cria o Conselho Estadual de Saúde cuja inconstitucionalidade está sendo também argüida por esta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Bastante duvidosa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - ...mas entendo, principalmente, que a iniciativa para que a lei aconteça não cabe ao Poder Legislativo, mas sim, ao Poder Executivo, nós não temos porque postergar a análise desse projeto porque, na nossa opinião e da nossa assessoria, o projeto é inconstitucional e iremos rejeitá-lo hoje mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

11 (onze) Senhores Deputados.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Rejeitado.

O gerenciamento do Deputado Pessuti hoje está forte.

O SR. TOTI COLAÇO - Pela ordem, Senhor

Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente, com a sua permissão e a permissão dos ilustres Parlamentares e na qualidade de Presidente da Comissão Suprapartidária que tratou do assunto da ocupação da fazenda Benedelli, no município de Campo Bonito, já nos pronunciamos ontem e a imprensa toda já vem comunicando o acordo que houve entre o proprietário da terra e a comissão que representa as famílias que lá se encontram, nós gostaríamos, abrindo uma exceção no final desta sessão, que o Deputado Paulo Maia, que é o relator desta Comissão, pudesse fazer a leitura da minuta deste acordo, tendo em vista que as partes se encontram desde ontem aqui nesta Capital e já temos uma audiência marcada com Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, amanhã às nove horas, onde este acordo vai ser colocado para ele, juntamente com as partes, com os órgãos INCRA, ITCF, IBAMA.

Dado a exigüidade do tempo, porque esta comissão teve um trabalho muito extenso no que diz respeito a esta matéria, nós pediríamos vênias aos ilustres Parlamentares para que o Deputado Paulo Maia pudesse fazer a leitura da minuta do acordo.

O relatório final, como é detalhado, apresentaremos na próxima semana e se isso for acordado com os ilustres Parlamentares, eu - já autorizado pela Liderança do PMDB - faço um convite a todos os Senhores Parlamentares para que, amanhã, às nove horas, possam estar presentes no gabinete de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, para acompanhar de perto a assinatura deste tão importante documento, onde a nossa Assembléia, o Parlamento do Estado do Paraná teve um papel muito importante, intermediando o conflito inicialmente, e facilitando, mais do que nunca, este acordo, que também é histórico para esta Casa.

Assim sendo, Senhor Presidente, gostaríamos que o Deputado Paulo Maia pudesse fazer a leitura da minuta do acordo que vai ser entregue amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em caráter excepcional, a Mesa vai autorizar que a comissão, através de seu relator, faça um pronunciamento sobre o acordo realizado nesta questão.

Normalmente seria a apresentação do relatório à Assembléia, submetido ao Plenário e publicado no Diário da Assembléia, mas como é uma matéria urgente e é a primeira vez que estamos entrando neste assunto - segundo Vossa Excelência com feliz êxito - nós concordamos.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Apenas para esclarecer que o documento que o

Deputado Paulo Maia irá ler, é uma minuta do acordo das condições que foram estabelecidas entre as partes. Essas partes se compõem: os sem-terra, o proprietário e os órgãos públicos que foram envolvidos - Governo do Estado, INCRA e etc.

Agora, esta comissão apresentará à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na semana que vem, um relatório completo sobre o diagnóstico da situação agrária do Estado do Paraná. Nós vamos apontar neste relatório, todos os problemas que encontramos, os obstáculos, os conflitos que pudemos perceber no nosso trabalho e esse relatório também irá finalmente apresentar as sugestões dessa comissão aos vários órgãos envolvidos na questão fundiária do Estado do Paraná.

Então, esse relatório será apresentado oportunamente na semana que vem. O que o Deputado irá ler é o termo do acordo, é uma minuta que será, amanhã, firmada entre as partes e inclusive o Governo do Estado também - que tem obrigações assumidas nesse acordo - terá que subscrever este documento, que é apenas uma das partes do conjunto de trabalho realizado pela comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Paulo Maia, após a votação dos requerimentos, fará a sua leitura do pré-protocolo.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Gostaria de fazer um convite aos Deputados que compõem a Região Metropolitana de Curitiba, para que, no dia 15, às 18:00 horas, saindo da Rodoviária Velha, fizéssemos um trajeto até o Município de Colombo, para conhecermos de perto a realidade do transporte coletivo da Região Metropolitana.

Ao mesmo tempo em que faço o convite aos Deputados da Região Metropolitana, o faço também ao Governador do Estado, Roberto Requião e ao Prefeito de Curitiba, Doutor Jaime Lerner, para que, de uma vez por todas, reunidos os Deputados da Região Metropolitana, Prefeito de Curitiba e Governador do Estado, possamos juntos sentir as dificuldades que vivem os usuários do transporte coletivo da Região Metropolitana.

Dia 15, às 18:00 horas.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, pela ordem.

O Governador Roberto Requião anuncia hoje a isenção ou a redução de ICM a produtos da cesta básica. Diz inclusive, pela manifestação do Governo, que enviará uma mensagem a este Poder. Então, por economia processual, tendo em vista que o Deputado Toti Colaço apresentou uma emenda que

Curitiba, quarta, em 09.10.91

isenta a farinha de trigo do ICMS e que a Bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou uma emenda ao projeto do ilustre Deputado, estendendo essa isenção aos produtos da cesta básica, requeiro a Vossa Excelência que, por economia, por agilidade e até para poupar ao nosso Governador de ter que enviar a mensagem a esta Casa, que Vossa Excelência coloque o projeto com as emendas na Ordem do Dia o mais breve possível, para que essa Assembleia possa votar, já que nós sabemos inclusive, que terá o apoio da Bancada do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência gostou da economia processual, pelo jeito.

A Mesa vai ver se o projeto está em condições e oportunamente o colocará na Ordem do Dia.

Distribuídos os avulsos do Projeto de Lei Orçamentária, esta Presidência abre prazo para recebimento das emendas, durante dez dias, a contar de amanhã, dia 10 do mês em curso.

Sobre a mesa, requerimentos de n.ºs 2662, 2663, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2658, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2666, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2628, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Qual é a súmula do projeto em regime de urgência?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê): "Abre crédito suplementar de doze milhões, setecentos mil cruzeiros, da chefia do Poder Executivo, para atender despesas com a execução de reparos, com aquisição de material permanente para a Fundação Faculdade de Artes do Paraná."

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado.

Requerimentos de n.ºs 2630, 2631, 2632, 2633, 2664, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2667, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante

do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2669, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2672, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2673, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2677, 2678, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2637, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2679, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.

Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2648, de autoria do Senhor Deputado Rossoni, com apoio dos Senhores Deputados Ademir Traiano, Mário Bezerra, Ernani Pudell e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior.- Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam a convocação do Senhor Secretário da Fazenda queiram levantar-se.

Dezesseis aprovam.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Eu só queria lamentar a atitude da Bancada do Governo, que não querem saber a verdade do BANESTADO. Talvez alguns não saibam e talvez alguns não saibam correto o que foi votado.

Nós só pedimos a presença do Secretário de Finanças aqui, para que ele esclarecesse o que ocorre na imprensa, que todos dizem que o BANESTADO está falido.

O que ocorre também é o seguinte: o Secretário das Finanças vindo aqui, todos nós Deputados teríamos condições de sair na rua e explicar a verdadeira situação do BANESTADO. Nós não iríamos colocar

na cadeia o Secretário nem o Presidente do BANESTADO, que eu acho que seria o lugar ideal para quem não sabe administrar e está administrando o BANESTADO.

O SR. RAFAEL GRECA - Pela ordem, Senhor Presidente.

Eu votei com o Deputado Rossoni, mas não concordo com a afirmativa de Vossa Excelência, de que, o Senhor Eron Arzua, ou o Senhor Presidente do BANESTADO, mereçam estar na cadeia.

O Senhor Eron Arzua, é um dos mais competentes tributaristas do Paraná, é uma pessoa brilhante, foi meu colega na Prefeitura. Brilhante inclusive, no aspecto da defesa da cidade de Curitiba, com relação à dívida que tenta lhe impor o Governo do Estado do Paraná. Eu acho que errou a Bancada do Governo em não deixar que ele viesse aqui, porque acaba de uma vez por todas com essa história de falência do BANESTADO.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a vinda do Dr. Eron Arzua a esta Assembleia Legislativa iria parar com esta onda de boatos que circulam pela Cidade de Curitiba a respeito do BANESTADO.

Eu fui informado ontem e não tive acesso ao BANESTADO, a Oposição sempre não tem acesso, eu fui informado de que o BANESTADO, ontem, recorreu ao Fundo Interbancário sacando 30 bilhões de cruzeiros, para fazer o acerto do seu caixa.

Fui também informado, Senhores Deputados, de que o Senhor Governador do Estado já havia autorizado o BANESTADO a cobrir a dívida com a Cidade Industrial de Curitiba, cerca de 20 bilhões de cruzeiros. E que para isso necessitaria de uma licença do Senado Federal a fim de colocar ações da dívida pública à venda, e assim resgatar aquele compromisso que tem com a Cidade Industrial de Curitiba.

De modo que eu acho que o Senhor Líder do Governo poderia facilitar estas coisas e trazer o Senhor Secretário da Fazenda, que é um homem culto, um homem inteligente, é um tributarista emérito neste Estado, é de reconhecida capacidade, é o homem mais importante que está no Governo do Paraná, no Secretariado do atual Governador. Ele viria a esta Casa prestar as informações e acabar com esta onda que está ocorrendo aqui na Capital do Estado. Porque mais do que o próprio dinheiro do Banco, deveria ser preservado o funcionalismo do Banco do Estado do Paraná.

Os funcionários do Banco do Estado do Paraná têm que ser resguardados, têm que ser defendidos. E o que ocorrer para o BANESTADO irá refletir diretamente sobre o comportamento dos seus funcionários. Os

presidentes do BANESTADO passam, mas os seus funcionários ali permanecem. E eles são os responsáveis pela execução da política de um Banco que não tem banqueiros.

De modo que poderia reexaminar esta situação a Bancada Governista e nos dar a honra de ouvir, nesta Casa, mais uma vez, o Dr. Arzua.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu apenas quero reforçar as colocações, lembrando que uma instituição bancária, o produto mais importante que ela oferece a sua clientela é a imagem de solidez e de saúde, credibilidade e saúde financeira que ela ostenta.

Fundamentalmente, toda instituição financeira vive basicamente disso. Eu acho que neste momento impedir que o Secretário venha à Assembléia esclarecer a questão do BANESTADO, as notícias, os boatos, as informações que circulam na sociedade, na verdade é jogar mais "lenha na fogueira".

Porque certamente amanhã alguém dirá lá fora que existe alguma coisa a esconder. E aí, nós poderemos ter saques em massa no BANESTADO. Nós sabemos que nenhuma instituição bancária tem condições de suportar saques das contas à vista que ela deve manter, as reservas de numerário, estes problemas todos.

Então, eu acho que até por uma questão de cautela, para a própria saúde e para evitar uma desestabilização do Banco do Estado do Paraná, neste momento, nós entendemos que é correto, é prudente, é cauteloso que venha aqui o Secretário esclarecer a este Poder Legislativo, que por sua vez, por ser o Poder envidraçado, o Poder transparente, irá certamente, levar estas informações à toda a sociedade, tranquilizando-a e também os acionistas e clientes do Banco do Estado do Paraná.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria que o Líder Orlando Pessuti revisse a posição da Bancada e autorizasse a vinda do Secretário Eron Arzua.

Mas, também digo que entendo a Bancada do Governo e de seus aliados, pois já disse um grande filósofo paranaense que "saco do chefe é corrimão da glória".

Eu espero que o Líder Orlando Pessuti reveja a sua posição.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós queremos discordar das palavras do Líder do PRN.

Deputado Rossoni, uma vez que coloca que deveriam estar na cadeia o Presidente do Banco o Estado e o Secretário da Fazenda.

Nós temos experiência da vida bancária, porque já tive o prazer de trabalhar

Curitiba, quarta, em 09.10.91

numa agência bancária e conhecemos como funciona o esquema bancário. Primeiro que compete essa medida ao Banco Central, a fiscalização de todos os Bancos existentes no País.

O que nós não concordamos é essa colocação, que eu acho que foi muito infeliz, ilustre Deputado Rossoni, uma vez que Vossa Excelência diz que tem que colocar o Presidente e o Secretário de Finanças na cadeia, então nós teríamos que começar esta ação em Brasília, aonde o seu Partido é detentor do Poder, e que hoje o País está falindo pelo gerenciamento do seu Partido, em Brasília.

Então se fosse pôr na cadeia nós teríamos que iniciar em Brasília, pelos membros do seu Partido.

Obrigado, Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, queria dizer que já que causou polêmica, a minha colocação, eu retiro a colocação da cadeia, mas vamos salvar o BANESTADO.

E quanto à posição do Deputado Manfrinato eu quero dizer que este é assunto que deveríamos tratar desde o Governo Sarney que também, se não me falha a memória, era do PMDB.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - O que eu reafirmo é de que hoje a corrupção predomina em Brasília, muito mais do que no Governo Sarney, tanto é que existem pessoas que dizem por aí que têm saudades do Presidente Sarney.

O SR. HEINZ HERWIG (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu que já tive a honra de ser Secretário de Estado de dois Governos, sempre me sentia honrado cada vez que era convocado a vir para esta Assembléia tentar esclarecer as coisas que se diziam.

Eu acho que nada mais justo, é até salutar. Não sei se o Deputado Pessuti conversou com o ilustre Secretário Eron Arzua, que conhece muito bem o seu setor, é um Secretário, no meu ponto de vista, um Secretário digno, e que poderia, naturalmente, em vindo aqui esclarecer estas dúvidas que pairam na Assembléia, na imprensa, no Estado do Paraná.

Eu acho que seria uma grande oportunidade e que infelizmente os Deputados comandados pelo Pessuti, no seu afã de tudo que é apresentado pelo lado de cá não aprovar, não vão dar a oportunidade do ilustre Secretário, Eron Arzua de vir aqui e esclarecer as dúvidas que existem no Banco do Estado.

Obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, só para lembrar que o Poder Legislativo, além de ser um poder legislador, é também um poder fiscalizador.

Então nós entendemos que hoje não aprovar este requerimento é abrir mão das próprias prerrogativas deste Poder!

É como aquele negro que alisa o cabelo para não parecer crioulo. Acho que a gente tem que assumir o que é, quer dizer não vamos ficar aqui com cara de Governo, eu acho que, acima de tudo, independente das posições partidárias, de apoio ao Governo nós fazemos parte de um Poder, fomos eleitos para isso, recebemos o voto popular, devemos procurar exercer as nossas prerrogativas, ampliá-las, explorá-las ao máximo.

Eu acho que isso é uma questão fundamental, o que está em jogo aqui são as próprias prerrogativas que além de não haver nada a esconder existe esta questão fundamental que está em jogo, neste momento.

Por isso fizemos o apelo ao nobre Ilustre Pessuti, para que atenda às nossas postulações.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para dizer que eu não sabia que o Deputado Pudell era racista e que o racismo é crime consagrado na Constituição Federal e tem pena de crime inafiançável.

O SR. ERNANI PUDELL - O Deputado, data vênua, não está ouvindo bem as minhas colocações, aliás é hábito dele distorcer as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos à votação.

Verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam a convocação do Senhor Secretário da Fazenda, queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

16 aprovam, 21 rejeitam.

A Mesa determina ao serviço de Taquigrafia que faça a retificação às expressões injuriosas já retificadas pelo Deputado Rossoni.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queremos deixar ao conhecimento desta Casa que estamos adotando o rito por V.Exa. na Sessão de ontem, quando requeríamos Regime de Urgência e que foi apreciado apenas no dia de hoje. Naquela ocasião V.Exa. nos disse: "Tem que conversar primeiro, porque não precisa estabelecer uma briga, um confronto, porque nós mesmos poderíamos ter colocado essa matéria em Regime de Urgência."

Queremos dizer que não conseguimos,

hoje, nos encontrar com o Secretário Eron Araua e que vamos conversar com ele e vamos convidá-lo para que venha a esta Casa. Se assim ele entender oportuno, com certeza virá, como já veio em outras ocasiões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. como descendente de italiano, conhece aquela história de dois italianos que naufragaram e não sabiam nadar. Chegaram a uma ilha. Aí perguntaram aos italianos: "Como vocês chegaram aí?" - "Parlando, parlando...".

Temos que falar.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Temos que falar e adotar o rito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de nº 2656, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Para a Sessão de amanhã há requerimento do Deputado Colombino Grassano, destinada a ouvir o Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil. Como a matéria interessa muito ao Paraná e vamos também convidar outras entidades, amanhã não haverá Ordem do Dia, marco para segunda-feira.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia, inscrito.

O SR. PAULO MAIA - (Lê):

"MINUTA DO ACORDO "SEM TERRA" AGRO-INDUSTRIAL BELEDELLI

Sob a coordenação da Comissão Especial de Terras da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, integrada pelos Deputados Toti Colaço (Presidente), Paulo Maia (Relator), Ernani Pudell, Duílio Genari, Dobrandino Gustavo da Silva - por Requerimento aprovado por esta Casa, com objetivo precípuo de proceder a avaliação da situação gerada pela ocupação da Fazenda Santana, bem como, a de mediar a solução amigável do conflito, fica estabelecido o presente acordo:

Os signatários do presente - O Governo do Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor Vitório Sorn tiuk, Presidente do ITCF; o INCRA, representado pelos Senhores Dr. Carlito, Dr. Valter e Dr. Petrus; o IBAMA, representado pelo Senhor Manaus; a Agro-industrial Beledelli Ltda, representada por seu Diretor Presidente Ovídio Beledelli e o Movimento dos Trabalhadores acampados na Fazenda Santana, representados pelos Senhores Nadir Silvano, Diniz Bento da Silva e Carlos Finkler cor-

robados pelo testemunho da Comissão Especial de Terras designada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, neste ato representada pelos Deputados Toti Colaço, Ernani Pudell, Dobrandino Gustavo da Silva, Paulo Maia e Duílio Genari, ACORDAM E COMPROMETEM-SE MUTUAMENTE NAS SEGUINTE CONDIÇÕES:

I - A agro-industrial Beledelli cede, em regime de doação, sua posse e eventuais direitos dominiais sobre os imóveis 5 e 6 devidamente nominados no incluso relatório do ITCF/IBAMA/INCRA par fins de assentamento das famílias ocupantes da área.

II - Igualmente, a empresa permitirá a posse, com uso e gozo, de parte da área 3, mais especificamente de 353 hectares, bem como a totalidade da área 4, também com o objetivo de assentamento das citadas famílias de "sem terra".

III - O INCRA, Governo do ESTADO, devem o mais breve possível, promover o respectivo processo de desapropriação das áreas 4 e parte da 3 para possibilitar a respectiva indenização ao proprietário e regularizar assentamento das famílias nestas áreas.

IV - Até que ultimada a desapropriação, a Empresa Beledelli e INCRA deverão fornecer as respectivas cartas de amêniçias aos ocupantes para que os mesmos tenham acesso manso e pacífico à posse, bem como aos financiamentos bancários e ações governamentais, à totalidade das áreas (950 hectares)

V - Em contrapartida, os ocupantes "sem terra", ora situados no imóvel 1 da respectiva propriedade, comprometem-se a retirar-se imediatamente do local onde se encontram, deslocando-se para as respectivas áreas cedidas.

VI - Pelo presente acordo fica autorizada à Agro-industrial Beledelli Ltda, a retirar toda a madeira com bitola superior a 30 (trinta) com possível aproveitamento na indústria, madeira esta que faz parte da cobertura florestal dos imóveis cedidos aos sem terras.

VII - Consumada a retirada dos "sem terra", a empresa proprietária, juntamente com o INCRA, deverão de imediato peticionar ao Juízo da Comarca de Guaraniagu, solicitando sua desistência da ação de reintegração de posse que ora tramita perante aquele Juízo.

VIII - Verificado o cumprimento das condições supra ajustadas, as partes (sem terra e proprietários) comprometem-se à, mutuamente, respeitarem a posse, uso e gozo, manso e pacífico das respectivas áreas, bem como, comprometem-se a manter um clima de cordialidade e convivência pacífica entre as partes.

IX - O governo do Estado do Paraná, através de seu representante, o Presidente

Curitiba, quarta, em 09.10.91

do ITCF - Vitorio Sorutiuk, juntamente com o INCRA, comprometem-se a assentar, na mesma região, com a mesma qualidade de terras, os ramanescentes das famílias de "sem terra" que não couberam na área objeto deste acordo até o início da safra do próximo ano.

X - O Governo do Estado compromete-se também a dar garantias e prioridades de acesso a crédito rural, de custeio e investimento aos ocupantes signatários do presente acordo.

Parágrafo Único - O compromisso do Governo do Estado abrange acesso aos serviços públicos essenciais (saúde e educação), à abertura e construção de estradas de acesso aos locais de assentamento, aos programas oficiais de habitação rural, de extensão agropecuária, aos programas Bom Emprego e Panela Cheia e ainda, em caráter emergencial, o Governo do Estado deverá fornecer lonas e cestas de alimentos aos sem terra, até a primeira safra.

XI - Fica assegurado que o relatório conclusivo sobre mais de 10 (dez) reuniões realizadas entre Comissão Especial da Assembleia Legislativa e representantes dos Sem-Terra e representantes do ITCF, IBAMA e INCRA, e proprietários, com vistas a solução do impasse da ocupação da Fazenda Santana, seja apresentado até a próxima semana do corrente mês e ano.

Curitiba, 09 de outubro de 1991.

TOTI COLAÇO (Presidente da Comissão)

PAULO MAIA (Relator)

ERNANI PUDELL (Deputado Estadual)

DUÍLIO GENARI (Deputado Estadual)

DOBRANDINO DA SILVA (Deputado Estadual)

INCRA

IBAMA

ITCF

NADIR SILVANO

DINIZ BENTO DA SILVA

Representantes de todos os órgãos citados anteriormente."

É o relatório preliminar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a sessão e a Comissão presidida pelo Deputado Toti Colaço está autorizada a falar em nome da Assembleia Legislativa com o Senhor Governador do Estado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Palestra do Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Antônio Fayet, Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil.

Levanta-se a sessão.